

Marta Sofia Canada de Sousa

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Mestrado em Ciências da Linguagem

Estágio realizado no Gabinete de Comunicação da Unidade Hospitalar de Faro

CHAlgarve E.P.E.

Marta Sofia Canada de Sousa

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Mestrado em Ciências da Linguagem

**Estágio realizado no Gabinete de Comunicação da Unidade Hospitalar de Faro
CHAlgarve E.P.E.**

Relatório efetuado sob a orientação de:

Professora Doutora Lucília Chacoto

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Universidade do Algarve

Estágio supervisionado por:

Doutora Daniela Nogueira

Assessora de Comunicação

Gabinete de Comunicação da Unidade Hospitalar de Faro, Centro Hospitalar do Algarve

Relatório de Estágio

Declaração de autoria de trabalho

Assinatura: Maíra Sousa

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

Copyright:

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Agradecimentos

Para que este relatório e o respetivo estágio fossem possíveis, muitos foram os que contribuíram e me apoiaram. A todos, quero expressar os meus agradecimentos, nomeadamente:

- À Instituição que me acolheu durante o estágio;

- Ao Gabinete de Comunicação de Faro, em especial a Doutora Daniela Nogueira;

- À minha orientadora, a Professora Doutora Lucília Chacoto, e a todos os professores do Mestrado em Ciências da Linguagem;

- À Direção do Mestrado em Ciências da Linguagem;

- À Universidade do Algarve e à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, bem como a todos os professores com quem contatei durante a licenciatura e mestrado;

- À minha família e amigos, especialmente a minha colega, Márcia Cachão.

RESUMO

Este relatório pretende expor o trabalho desenvolvido ao longo das 400 horas de estágio no Gabinete de Comunicação da Unidade Hospitalar de Faro, pertencente ao Centro Hospitalar do Algarve (CHAlgarve). De 1 de setembro de 2016 a 29 de novembro de 2016, realizámos diversas tarefas de revisão textual e de tradução. Este relatório visa, primeiramente, apresentar uma síntese das atividades realizadas no período de estágio e descrever a instituição onde o estágio se realizou; em seguida, descrever o estado da arte da Revisão de Texto e da Tradução, analisando as principais questões linguísticas encontradas durante a realização das atividades de revisão e de tradução bem como as soluções adotadas; e, por último, apontar alguns aspetos positivos do estágio, bem como algumas melhorias a implementar em estágios futuros nas áreas da Revisão de Texto e da Tradução.

PALAVRAS-CHAVE: Revisão de Texto, Tradução, relatório de estágio.

ABSTRACT

This report intends to present the work developed throughout the 400 internship hours at the Communication Office of Hospital Unit of Faro belonging to the Hospital Centre of the Algarve (CHAlgarve). From September the 1st to November the 29th of 2016, we developed several tasks of proofreading and translation. This report presents, firstly, a summary of the activities performed throughout the internship period and the institution where the internship took place; secondly, the state of the art of Proofreading and Translation, as well as an analysis of the linguistic questions found in the tasks of proofreading and translation and the solutions applied; and finally, a presentation of some positive aspects of the internship, along with some improvements applicable to future internships in the Proofreading and Translation areas.

KEYWORDS: Proofreading, Translation, internship report.

Índice

1. Introdução.....	8
1.1. Organização do relatório.....	8
1.2. A Revisão de Texto e a Tradução no Mestrado em Ciências da Linguagem .	9
1.3. Caracterização do estágio, motivação e escolha de instituição	12
1.4. Atividades desenvolvidas	13
1.4.1 Revisão de texto	14
1.4.2 Tradução	14
1.4.3. Transcrição de textos orais.....	15
1.4.4. Outras atividades.....	18
2. Caracterização da instituição de acolhimento do estágio	20
3. Revisão de texto	27
3.1. Estado da arte da Revisão de Texto.....	27
3.2. Géneros textuais.....	33
3.3. Análise de questões linguísticas (e estilísticas)	36
4. Tradução	53
4.1. Estado da arte da Tradução.....	53
4.2. Géneros textuais.....	59
4.3. Análise de questões linguísticas (e estilísticas)	60
5. Conclusão	65
Bibliografia.....	68
Anexo	73

1. Introdução

Este relatório de estágio apresenta as atividades realizadas, ao longo de 400 horas (aproximadamente três meses). O estágio foi realizado no âmbito do Mestrado em Ciências da Linguagem (2015-2017), da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), da Universidade do Algarve (UAlg), e teve lugar no Gabinete de Comunicação (GC) da Unidade Hospitalar de Faro, pertencente ao Centro Hospitalar do Algarve¹ (CHAlgarve).

1.1. Organização do relatório

O relatório é composto por 5 capítulos, estruturados do seguinte modo:

No capítulo 1, abordamos a pertinência e a importância da integração de seminários de Revisão de Texto e de Tradução no Mestrado em Ciências da Linguagem e discutimos a relevância deste Mestrado na formação de futuros revisores e tradutores (1.2.). Em seguida, apresentamos os objetivos visados no estágio (1.3.), analisamos as tarefas de revisão, de tradução e de transcrição de textos orais, indicando ainda que outras atividades desenvolvemos no âmbito do estágio (1.4.).

No capítulo 2, caracterizamos a instituição de acolhimento do estágio, focando aspetos como a sua missão, valores e objetivos e também o enquadramento do nosso estágio, tendo em conta os aspetos anteriormente referidos.

No capítulo 3, expomos, sucintamente, o estado da arte da Revisão de Texto (3.1.), indicamos os géneros textuais em que se integram os documentos revistos (3.2.) e analisamos alguns excertos que levantaram questões linguísticas e estilísticas (3.3.).

No capítulo 4, apresentamos o estado da arte da Tradução (4.1.), indicamos em que géneros textuais se incluem os documentos traduzidos (4.2.) e apontamos algumas das questões linguísticas e estilísticas suscitadas pelas tarefas de tradução (4.3.).

Por último, no capítulo 5, sintetizamos alguns dos aspetos positivos do estágio e propomos melhorias para estágios futuros.

¹ Atualmente, designado Centro Hospitalar Universitário do Algarve (CHUA).

1.2. A Revisão de Texto e a Tradução no Mestrado em Ciências da Linguagem

O Mestrado em Ciências da Linguagem pretende dar a conhecer aos mestrandos uma perspetiva teórica e crítica da linguagem humana, em geral, e da língua portuguesa, em particular (e das suas inúmeras aplicações). Neste mestrado, desenvolvem-se capacidades críticas e reflexivas, questionam-se e discutem-se teorias, métodos e processos de investigação em linguística e instrumentos de análise da linguagem humana e, em especial, da língua portuguesa. Em foco, estão as áreas do léxico, da morfologia, da sintaxe, da semântica e da terminologia, bem como as suas interfaces.

De salientar que as diversas componentes da gramática foram objeto de estudo nos seminários de Linguística Computacional, Revisão de Texto, Teorias e Técnicas de Tradução e Terminologia. O referido mestrado foi ainda complementado por dois outros seminários: Ciências da Linguagem – Teorias e Aplicações; e Metodologias de Investigação em Ciências da Linguagem.

Não descurando a importância dos outros Seminários que compõem este mestrado, queremos, no entanto, aprofundar os motivos pelos quais é válida e, inclusive, necessária a existência dos Seminários de Revisão de Texto e de Teorias e Técnicas de Tradução – duas das áreas que trabalhámos durante o estágio.

A Revisão de Texto e a Tradução são aplicações práticas da linguística no mundo do trabalho. São “manifestações profissionais” da linguística e, portanto, é não só coerente como necessário o seu estudo integrado nas Ciências da Linguagem. Entre as múltiplas vantagens relacionadas com o estudo destas áreas, podemos destacar o facto de que, para rever e/ou traduzir qualquer texto, torna-se necessário proceder à sua análise linguística (ver, a propósito, 3.3. e 4.3.), o que só se consegue fazer com bases linguísticas e conhecimentos deste tipo.

Por outro lado, através da leitura e partilha dos exemplos reais de problemas linguísticos com que os revisores e tradutores se deparam no decurso do seu trabalho, é possível aprofundar o estudo de determinados fenómenos linguísticos, pois só se pode estudar e compreender a língua através das suas produções reais, isto é, de textos (orais e escritos) efetivamente produzidos. Por exemplo, a revisão ou tradução de textos com elementos culturais, como as expressões idiomáticas, os provérbios, os fraseologismos², em geral, é uma mais-valia para as Ciências da Linguagem, porque permite a recolha, em contexto, destes elementos linguísticos e culturais que poderão servir de base para a

² Estes temas foram abordados no Seminário de Revisão de Texto durante uma aula aberta com a Professora convidada Julia Sevilla Muñoz, da Universidade Complutense de Madrid.

constituição de *corpora*, possibilitando análises futuras. Além disso, a revisão e/ou a tradução de textos técnico-científicos permite a recolha e análise de termos técnicos, que englobem, por exemplo, neologismos e discursos de especialidade³, entre outros, (e que são uma parte importante das Ciências da Linguagem). Mais especificamente, no que concerne ao tradutor, este, ao trabalhar com dois sistemas linguísticos diferentes, faz uso dos conhecimentos teóricos adquiridos em linguística contrastiva, para mais facilmente identificar as características específicas de cada sistema (mas também os falsos amigos, as semelhanças aparentes que podem induzir em erro aquando da tradução).

De referir ainda que o revisor (mas também o tradutor) deve ter um conhecimento profundo da gramática da(s) língua(s) de trabalho e da norma-padrão. O revisor deve sempre avaliar o género textual do texto a rever e tentar determinar o objetivo do autor, o público-alvo e, sobretudo, o nível (ou níveis) de língua empregue(s), a fim de decidir qual o melhor método de abordagem da revisão a efetuar. Assim, no caso de se tratar de um texto não-literário (técnico, científico ou outro), deve o revisor intervir de acordo com a norma-padrão. Deste modo, contribui para que o uso da norma-padrão seja mantido e preservado. O mesmo se poderá dizer do tradutor porque, ainda que ele trabalhe com duas línguas, se o texto de partida obedecer à norma-padrão, então também o texto de chegada o deve fazer.

Por outro lado, se o texto estiver escrito num dialeto distinto da norma, então a revisão de texto (ou, se for o caso, a tradução) deve ter em conta esse dialeto, respeitando-o e conservando-o, sem adulterações que resultem do desconhecimento da variação diatópica da língua portuguesa ou de uma vontade de fazer prevalecer como única a norma-padrão. Também este tipo de textos pode ser pertinente para as Ciências da Linguagem, dado que contribui para a compreensão do efeito que a cultura de uma sociedade exerce na língua que utiliza, permitindo aprofundar estudos em áreas como a sociolinguística e a socioterminologia⁴.

De referir ainda que os revisores de texto têm de saber justificar todas as suas intervenções no texto, recorrendo à função metalinguística da linguagem e ao seu

³ Estes temas foram abordados no Seminário de Terminologia.

⁴ Os dialetos são manifestações culturais de determinados grupos de falantes e representam a visão cultural desses grupos do mundo que os rodeia. Têm vocábulos específicos e construções frásicas próprias que, quando analisados do ponto de vista sociolinguístico ou socioterminológico, podem ajudar a compreender o efeito que a cultura tem na língua de uma sociedade. O estudo dos dialetos contribui para o desenvolvimento das Ciências da Linguagem no sentido em que permite entender melhor não só a relação entre língua e cultura como a variação geolinguística.

conhecimento das regras da gramática. Por seu turno, os tradutores recorrem à metalinguagem e às regras da gramática das línguas de trabalho, para explicar as suas escolhas, que amiúde decorrem das idiossincrasias de uma das línguas de trabalho (quer seja a língua de partida quer a língua de chegada). O uso desta função e da gramática da língua portuguesa em Revisão de Texto e em Tradução ajuda a desenvolver e a aprofundar os conhecimentos linguísticos, solidificando termos, conceitos e saberes.

Estas são apenas algumas das razões pelas quais a Revisão de Texto e a Tradução são áreas afins às Ciências da Linguagem e que, conseqüentemente, justificam a sua inclusão neste mestrado.

Adicionalmente, este mestrado é fundamental para a formação de futuros revisores e tradutores e para o aperfeiçoamento do desempenho dos profissionais de ambas as áreas, dado que áreas como a morfologia, a sintaxe, a semântica e a terminologia, entre outras, são de extrema importância para o exercício destas profissões. A formação de um revisor de texto ou de um tradutor deve forçosamente passar pelas Ciências da Linguagem, pois se não tiver um conhecimento consciente das regras da língua e das suas variantes (geográficas, sociais, diafásicas e diacrónicas) não estará apto para desempenhar uma função que se encontra intrinsecamente ligada à gramática da língua.

Se para um escritor é essencial que conheça a língua com que trabalha e que perceba como esta funciona, para um revisor ou um tradutor torna-se fulcral o domínio das regras da língua. O revisor e o tradutor lidam com as escolhas sintáticas, semânticas, lexicais e estilísticas dos autores dos textos e também com terminologias, devendo aprofundar os seus conhecimentos quando existem termos que não lhes são familiares. Para além destes aspetos, revisores e tradutores lidam ainda com anos de passado histórico linguístico, pois a língua evolui e também o seu estudo se desenvolve, quer em termos de objeto quer em metodologias de estudo.

Ainda que não reflitam, conscientemente, durante o seu trabalho, nas diversas teorias linguísticas que permitem entender o funcionamento da linguagem, revisores e tradutores estão cientes de que, por exemplo, a representação mental de uma árvore está associada ao morfema “árvore”, o *significante*, mas que, por outro lado, esta representação, que Ferdinand de Saussure denominou de *significado*, tem relações culturais e que numa cultura o *signo linguístico*⁵ árvore evoca a imagem de árvores altas

⁵ Tema abordado no Seminário de Ciências da Linguagem – Teorias e Aplicações.

e delgadas, enquanto que noutras culturas a imagem evocada é a de árvores baixas e frondosas – e, por isso, estes conceitos e teorias, fazem parte do seu trabalho.

Os revisores, assim como os tradutores, percebem que a língua não se limita apenas a palavras, frases ou textos escritos manual ou digitalmente. O entendimento de um revisor ou de um tradutor acerca da língua e da linguagem deve ir mais além dos conhecimentos linguísticos. Devem, portanto, ser capazes de questionar o que leem e, se possível, questionar o(s) autor(es) acerca dos sentidos do seu texto. E para tal não basta ter um breve curso em Revisão de Texto ou em Tradução. Não é suficiente estudar apenas os princípios básicos, se não se aprende a questioná-los e a discuti-los. Tratar a língua, seja de que ponto de vista for – da revisão, da tradução, da linguística computacional ou da terminologia, para nomear apenas alguns aspetos - implica uma formação de base, capacidade crítica e rigor científico. E para tal é preciso ler o que já se estudou e o que já foi feito nas várias áreas da linguística. É preciso também compreender que a língua, como já referimos, não são só palavras e que, por isso mesmo, há que pensar nos conceitos a elas associados e nos contextos em que são utilizadas.

É por tudo isto que, na nossa opinião, o revisor e o tradutor, se pretendem ser bons na sua área de especialização, não se devem limitar a tratar a língua como algo superficial e passível de ser entendido apenas com um conhecimento não-consciente, intuitivo e parcial. Pelo contrário, devem procurar alargar a sua formação e encontrar cursos universitários que lhes permitam aprofundar os seus conhecimentos da(s) sua(s) língua(s) de trabalho. Deste modo, entendemos que o Mestrado em Ciências da Linguagem contribui de forma fulcral para a formação de um revisor e/ou de um tradutor.

1.3. Caracterização do estágio, motivação e escolha de instituição

O estágio teve aproximadamente a duração de três meses (400 horas no total) e decorreu de 1 de setembro de 2016 a 29 de novembro de 2016. Foi supervisionado pela assessora de comunicação, Doutora Daniela Nogueira, e orientado pela Professora Doutora Lucília Chacoto. Durante os três meses, o horário de trabalho decorreu de segunda-feira a sexta-feira, das 9h30 às 18h00. A assiduidade ao estágio foi registada em folhas de presença que se encontram anexadas no final do relatório (*vide* Anexo – Folhas de presença).

A motivação para realizarmos um estágio na área da Revisão de Texto e da Tradução adveio da intenção de querermos pôr em prática os conhecimentos adquiridos ao longo dos anos de aprendizagem na Universidade, especialmente em áreas relacionadas com as línguas e a comunicação. Deste modo, quando tomámos conhecimento da possibilidade de finalizarmos o mestrado com um estágio e um relatório sobre o mesmo, considerámos ser essa a opção que melhor servia os nossos objetivos.

Para além desta vontade de querermos pôr em prática os conhecimentos adquiridos na licenciatura e no mestrado, escolhemos realizar um estágio, pois temos consciência da importância atribuída à experiência pelos empregadores, quando recrutam novos trabalhadores. Não só é importante ter conhecimentos na área a que se concorre como também é essencial ter experiência nela. A experiência prática proporcionada pelo estágio, aliada aos conhecimentos teóricos e metodológicos aprendidos no mestrado, é uma mais-valia para quem inicia a procura por trabalho. Na nossa opinião, o grau de Mestre em Ciências da Linguagem abre diversas portas no mundo do trabalho, pois permite enveredar, de forma mais segura a nível teórico e prático, por caminhos como o da revisão de texto ou o da tradução, entre outros, nos quais ter experiência de trabalho é tão importante como possuir conhecimentos teóricos.

Quanto à instituição de acolhimento do estágio, a escolha do Gabinete de Comunicação da Unidade Hospitalar de Faro resulta de diversos fatores, a saber: a vontade de contribuirmos para a adequação do conteúdo e linguagem de textos ao público-alvo; a assistência à comunidade que visita a instituição através de publicações noticiosas, guias, panfletos e cartazes; e, ainda, o gosto pela escrita, pelas línguas e pela comunicação.

1.4. Atividades desenvolvidas

Enquanto estagiária do Gabinete de Comunicação do CHAlgarve, tínhamos por objetivo auxiliar na produção de material escrito, revendo, traduzindo e adequando os textos em que fosse necessário intervir.

As atividades foram realizadas no nosso computador pessoal (ASUS EEE PC 1025C, *Windows 7 Home Edition*), salvo algumas exceções em que nos foi requerido que o trabalho fosse efetuado num dos computadores do gabinete, pois o programa a utilizar era de uso exclusivo para funcionários do hospital. Os programas usados do

pacote *Microsoft Office* incluíram *Word*, *PowerPoint*, *Excel* e *Picture Manager*. Foram também utilizados outros programas como *Google Chrome*, *Bloco de Notas* e *Windows Media Player* (este programa foi utilizado na audição de entrevistas e discursos para sua transcrição). Para receção e entrega das tarefas, foi usado o serviço de *email* e uma *Pen USB*. O acesso à *Wi-Fi* foi garantido no início do estágio, após visita aos Serviços de Informática, para a sua devida configuração.

1.4.1. Revisão de texto

Relativamente aos textos revistos, foram trabalhadas notícias, conteúdo institucional, guias para trabalhadores e utentes, e ainda textos para a elaboração de um *Manual de Acolhimento de novos trabalhadores*. As revisões foram feitas manualmente ou no computador.

A norma de revisão seguida para as revisões manuais foi a *Norma Portuguesa 61*, de 1987, do Instituto Português da Qualidade. A adoção desta norma resulta do facto de ter sido a norma de revisão aprendida e utilizada no Seminário de Revisão Textual, lecionado no 2º semestre do 1º ano do Mestrado em Ciências da Linguagem.

Para as revisões no computador, utilizámos o programa *Microsoft Word 2007* e recursos *online* como *Infopédia*, *Ciberdúvidas*, *Priberam*, *FLiP*, entre outros, e consultámos, também, em suporte papel, várias obras de referência, nomeadamente, a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (1989), de Celso Cunha e Lindley Cintra, o *Prontuário da Língua Portuguesa* (2013), da Porto Editora e a *Gramática da Língua Portuguesa* (2003), de Mira Mateus *et aliae*.

O capítulo 3 será dedicado à Revisão de Texto e faremos uma breve síntese do estado da arte, bem como uma descrição mais profunda dos géneros textuais a que pertenciam os textos trabalhados e do processo que seguimos para as revisões, e ainda uma análise linguística de alguns excertos dos textos revistos.

1.4.2. Tradução

Os textos traduzidos pertenciam a géneros textuais diversos como, por exemplo, guias de acolhimento, páginas *online* com conteúdo institucional, termos relacionados com serviços hospitalares e administrativos e um resumo/*abstract* de um trabalho, da autoria dos dois funcionários responsáveis pelo Gabinete de Comunicação.

Para a tradução, recorreremos, sempre que necessário, à consulta de diversos materiais disponíveis *online* (*IATE, Oxford Dictionary, Linguee*, entre outros).

No capítulo 4, analisamos o estado da arte da Tradução, fazemos uma descrição mais profunda dos géneros textuais correspondentes aos textos traduzidos e do processo que seguimos para as traduções, assim como uma análise linguística de alguns excertos dos textos traduzidos.

1.4.3. Transcrição de textos orais

No âmbito do estágio, procedemos ainda à transcrição de cinco documentos áudio, entre os quais figuram entrevistas e discursos proferidos em eventos.

Neste subcapítulo, iremos apresentar as normas que seguimos, de acordo com os objetivos que nos foram indicados, e contrastá-las-emos com as normas seguidas em alguns projetos de investigação em linguística que incluem transcrição de textos orais.

Para a transcrição destas gravações-áudio, foi-nos pedido que tomássemos nota de frases importantes e com mais impacto que ajudassem a compor notícias sobre eventos ou acontecimentos importantes do CHAlgarve. Como o objetivo final era a captação do essencial do evento gravado para posterior redação da notícia correspondente, as normas utilizadas nas transcrições foram relativamente simples.

Optámos por retirar a maior parte das marcas de oralidade, isto é:

i) ideofones, que, segundo Ramilo e Freitas (2002, p. 65), são “sons que não desempenham um papel funcional na gramática da língua e que não são susceptíveis de receber uma representação ortográfica, sendo, no entanto, usados pelos locutores para veicular um determinado tipo de ideia ou reacção”, como é o caso de marcas de hesitação – tratadas no projeto *Português Falado*⁶ com recurso a vírgulas a isolar a marca do resto do discurso – ou de sons de manifestação de concordância – transcritos como <hum> no projeto REDIP⁷;

⁶ Criado a 1 de janeiro de 1995, pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, este projeto teve como objetivo a criação de um *corpus* de amostragens de variedades do Português de Portugal, Brasil, PALOPs e Macau, que permitisse o estudo de fenómenos morfológicos, fonológicos, lexicais, sintáticos e discursivos do português contemporâneo e auxiliasse a aprendizagem do Português – Língua Estrangeira.

⁷ O projeto REDIP - Rede de Difusão Internacional do Português – foi desenvolvido, em 1998, pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional e o seu objetivo era estudar a linguagem dos meios de comunicação social portugueses através de um *corpus* que reúne amostras de três meios de comunicação social (rádio, televisão e imprensa).

ii) reformulações (para correção imediata de erros gramaticais ou outros) – no projeto *Português Falado* estas ocorrências foram, mais uma vez, transcritas na íntegra e assinaladas com recurso a vírgulas;

iii) bordões da linguagem, como, por exemplo, os advérbios *então* e *pronto* e a conjunção *portanto*, que, quando usados sem o propósito próprio atribuído aos advérbios e conjunções, tornam-se vazios de sentido e não acrescentam nenhuma informação relevante à frase.

Também optámos por corrigir truncagens e contrações, metodologia adotada igualmente pelo projeto *Português Falado*, mas em relação à qual o projeto CORDIAL-SIN⁸ difere, visto que, neste projeto, se atribuíram códigos aos fenómenos orais nas transcrições, ou seja, {código identificador do tipo de fenómeno|forma fonética=forma gráfica}, e estes dois fenómenos assumem os seguintes códigos: forma contraída equivale ao código CT (*contracted*) (exemplo: {CT|pra=para a}) e forma com parte inicial truncada equivale ao código IP (*initial partial*) (exemplo: {IP|ta=está}).

Para além destas correções, também completámos e reformulámos algumas falas de modo a que a ideia central ficasse resumida, facilitando a redação posterior das notícias, e procurámos eliminar e substituir por reticências entre parênteses curvos falas vazias de conteúdo ou desnecessárias aquando da redação da notícia, i.e., comentários pessoais em entrevistas ou discursos, como:

“Loc. 1- *E o nosso site, importantíssimo, isto dá imensas dores de cabeça, e os recursos humanos a afetar ao Centro Académico.*”⁹

Neste excerto, em que o orador enumerou alguns elementos importantes a desenvolver no âmbito da criação deste Centro Académico, optámos por omitir o enunciado sublinhado, pois trata-se de um comentário marginal e que não contribui com informação para o assunto central da entrevista.

Quanto à pontuação, procurámos usá-la de acordo com as regras da gramática normativa em Português Europeu, introduzindo sinais de pontuação (como vírgulas, dois pontos, travessão, entre outros), sempre que necessário. Fizemos ainda uso das reticências, para marcar as pausas que procedem ideias inacabadas, o que se observa

⁸ Iniciado em 1999, o projeto CORDIAL-SIN – Corpus Dialetal para o Estudo da Sintaxe – tem como objetivo a investigação da variação sintática dialetal do português europeu através da constituição e exploração de um *corpus* anotado.

⁹ Excerto retirado de um discurso sobre o Centro Académico do CHA Algarve.

também em projetos como o *Português Falado* e o NURC-RJ¹⁰, embora o projeto CORDIAL-SIN opte pelo código AB (*abandoned*), seguido da transcrição dos elementos efetivamente produzidos (exemplo: a [AB|do]). Usamos ainda as reticências entre parênteses curvos para marcar a existência de cortes na gravação. De referir que o projeto *Português Falado* opta por assinalar os cortes na gravação com reticências entre parênteses retos, [...].

Quanto às palavras ou passagens impercetíveis, também as assinalamos na transcrição com reticências entre parêntesis curvos, de acordo com o CORDIAL-SIN. De notar que neste projeto, quando é possível identificar a categoria morfológica da palavra em falta, assinala-se a categoria à frente das reticências (exemplo: (.../N)).

Em relação às falas em simultâneo, tema de tratamento muito controverso nos projetos de transcrição, quando não era perceptível, assinalamos com reticências entre parênteses curvos, mas também optamos por transcrever apenas a fala do locutor principal no momento, isto é, aquele que já estava a falar antes de ser interrompido ou interpelado, como podemos observar em:

“Loc. 1- *Isto é qualidade.*

Loc. 2- *Ou seja, numa organização, fazer as coisas funcionarem da mesma forma para atingirem os mesmos resultados.*

Loc. 1- *Numa mesma organização, p(...) da mesma forma, o mais, o mais possível de uma forma uniforme, que não é uma forma decidida dentro de um serviço, é uma forma que está de acordo com aquilo que são as recomendações nacionais e internacionais e que as instituições devem adotar.”¹¹*

A segunda fala (Loc. 2), pertencente ao entrevistador, interrompeu o discurso do primeiro interlocutor (Loc. 1). Como o Loc. 1 repete a ideia que o Loc. 2 introduz, optamos por substituir a sua fala por (...) e reformular a fala do Loc. 1 da seguinte maneira:

“Loc. 1- *Isto é qualidade. (...) fazer com que numa organização as coisas funcionem da mesma forma, o mais uniformizada possível, que é uma forma que não é decidida unicamente dentro de um serviço, mas de acordo com aquilo que são as recomendações nacionais e internacionais e que as instituições devem adotar.”*

¹⁰ Iniciado em 1970, o projeto NURC-RJ – Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro – é composto por um *corpus* de entrevistados com falantes com uma educação superior, nascidos no Rio de Janeiro, e com filhos de pais, igualmente nascidos no Rio de Janeiro. O objetivo deste projeto é auxiliar os estudos da variante culta da língua portuguesa.

¹¹ Excerto extraído da entrevista acerca da Unidade de Qualidade do CHA Algarve.

Este caso das falas em simultâneo é tratado de maneiras diferentes noutros projetos. Por exemplo, o REDIP e o CORDIAL-SIN optam por sublinhar as falas produzidas em simultâneo de cada um dos interlocutores, enquanto que no NURC-RJ se recorre à introdução de um parêntese reto, ficando este no enquadramento da primeira palavra da fala a partir da qual houve sobreposição daquele que é, tecnicamente, o primeiro interlocutor.

Em suma, os métodos a adotar para a transcrição de documentos áudio dependem muito das diretrizes iniciais e do objetivo do projeto em causa. Entendemos que estes critérios que seguimos, embora tenham servido os propósitos que nos foram indicados no início das transcrições – o de criar um texto escrito sem marcas de oralidade, para que fosse redigida posteriormente uma notícia –, não servem, de todo, os propósitos de outros projetos, como é o caso dos referidos.

1.4.4. Outras atividades

Além das revisões de texto, traduções e transcrições de gravações-áudio, anteriormente referidas, foram ainda realizadas várias outras atividades, nomeadamente:

- i) Redação e verificação pré-envio da *newsletter* divulgada semanalmente pelo Gabinete de Comunicação (auxílio a um total de nove edições da *newsletter*);
- ii) Redação de pequenas notícias a lembrar, à comunidade hospitalar, eventos que se realizariam a curto prazo (três notícias no total);
- iii) Gestão de conteúdos no *backoffice*¹² do *website* oficial do CHAlgarve (diariamente ou, pelo menos, muito frequentemente);
- iv) Reestruturação e adaptação de conteúdos para criação da página *online* sobre o Serviço de Medicina Intensiva Neonatal e Pediátrica;
- v) Apoio logístico a dois eventos: *1as Jornadas da Medicina Interna* e *XIII Jornadas de Pediatria*;
- vi) Participação em duas visitas de campo, a saber:
 - 1as Jornadas da Medicina Interna* (evento realizado de 12 a 15 de outubro de 2016, no Real Marina Hotel, em Olhão);
 - XIII Jornadas de Pediatria* (evento realizado nos dias 24 e 25 de novembro de 2016, no Real Marina Hotel, em Olhão).

¹² O *backoffice* é uma interface eletrónica, de acesso restrito, onde se gere o conteúdo do *website* do CHAlgarve.

De salientar que ambas as visitas de campo nos permitiram observar diretamente o trabalho jornalístico do Gabinete de Comunicação, bem como participar na reportagem fotográfica, possibilitando um primeiro contacto com o trabalho de campo de assessores de comunicação.

Finalizada a introdução, segue-se a caracterização do Centro Hospitalar do Algarve, uma breve apresentação da Unidade Hospitalar de Faro e, por fim, uma descrição do Gabinete de Comunicação, do seu funcionamento e dos seus funcionários, assim como do enquadramento do nosso estágio dentro dos valores e missão do Gabinete de Comunicação.

2. Caracterização da Instituição de acolhimento do estágio

Este capítulo será composto por uma apresentação do Centro Hospitalar do Algarve, da Unidade Hospitalar de Faro e, por último, do Gabinete de Comunicação.

O Centro Hospitalar do Algarve é constituído pelas Unidades Hospitalares de Faro e de Portimão, bem como pelos Serviços de Urgência Básica do Algarve, e está integrado no Sistema Nacional de Saúde (SNS), constituindo-se como uma pessoa coletiva de direito público e de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

É uma instituição hospitalar de referência no SNS, cuja missão é prestar cuidados de saúde diferenciados nos 16 concelhos do Algarve e garantir a formação contínua dos seus profissionais, através de protocolos com universidades e cursos nas áreas médicas de enfermagem e das ciências da saúde.

O Centro Hospitalar do Algarve pretende consolidar-se como uma unidade de excelência no SNS, dotada de recursos avançados a nível de técnicas e de terapêuticas, para melhor servir a população e os seus profissionais. Este centro hospitalar possui valores direcionados para o bem-estar e segurança do utente, assim como para o sucesso dos seus trabalhadores e para a constante inovação da instituição, conforme se pode ler no *website* oficial¹³ e que listamos em seguida:

Trabalho em prol do utente: ter uma orientação clara para o doente, respondendo às suas necessidades, de acordo com as melhores práticas disponíveis.

Trabalho em equipa: a responsabilidade global na prestação de cuidados ao doente é assegurada por um número crescente de profissionais das mais diversas áreas da saúde, que no seu conjunto garantem a prestação de cuidados globais e eficientes. Um trabalho de equipa eficaz produz um elevado desempenho e dá um maior controlo sobre as decisões de gestão, favorecendo-se um clima organizacional mais positivo, dinâmico e inovador.

Aposta na inovação: manter um compromisso com a inovação, criando soluções flexíveis que permitam assegurar a prestação dos melhores cuidados disponíveis.

Gestão participativa: ser uma organização onde os colaboradores encontrem espaço para a realização pessoal e profissional. Trata-se de valorizar o papel da gestão

¹³ De acordo com <http://www.chualgarve.min-saude.pt/posicionamento-estrategico/>, consultado em abril de 2017.

enquanto instrumento de realização da missão hospitalar, coerente com um elevado grau de satisfação dos doentes.

Orientação para os resultados: ter sempre presente a necessidade de criar valor económico e social, assumindo um comportamento socialmente responsável e coerente para todas as partes.

A Unidade Hospitalar de Faro (cf. figura 2.1.) integra o Gabinete de Comunicação, onde se realizou o estágio.



Figura 2.1. Unidade Hospitalar de Faro¹⁴

De acordo com o *website* oficial, esta Unidade Hospitalar existe desde 4 de dezembro de 1979 e foi construída para substituir o antigo Hospital da Santa Casa da Misericórdia. Serve uma população residente de cerca de 253 mil pessoas, podendo este valor populacional duplicar (ou inclusive triplicar) em várias alturas do ano, nomeadamente nas de maior afluência de turistas ao Algarve.

O Gabinete de Comunicação depende hierarquicamente do Conselho de Administração (cf. figura 2.2. que corresponde à “Estrutura Orgânica”), e está presente nas Unidades Hospitalares de Faro e de Portimão. Sempre com a supervisão e a validação permanente do Conselho de Administração, o Gabinete gere todo e qualquer tipo de comunicação interna e externa do CHAlgarve.

¹⁴ Fonte: <http://www.sulinformacao.pt/wp-content/uploads/2014/08/Hospital-de-Faro.gif>

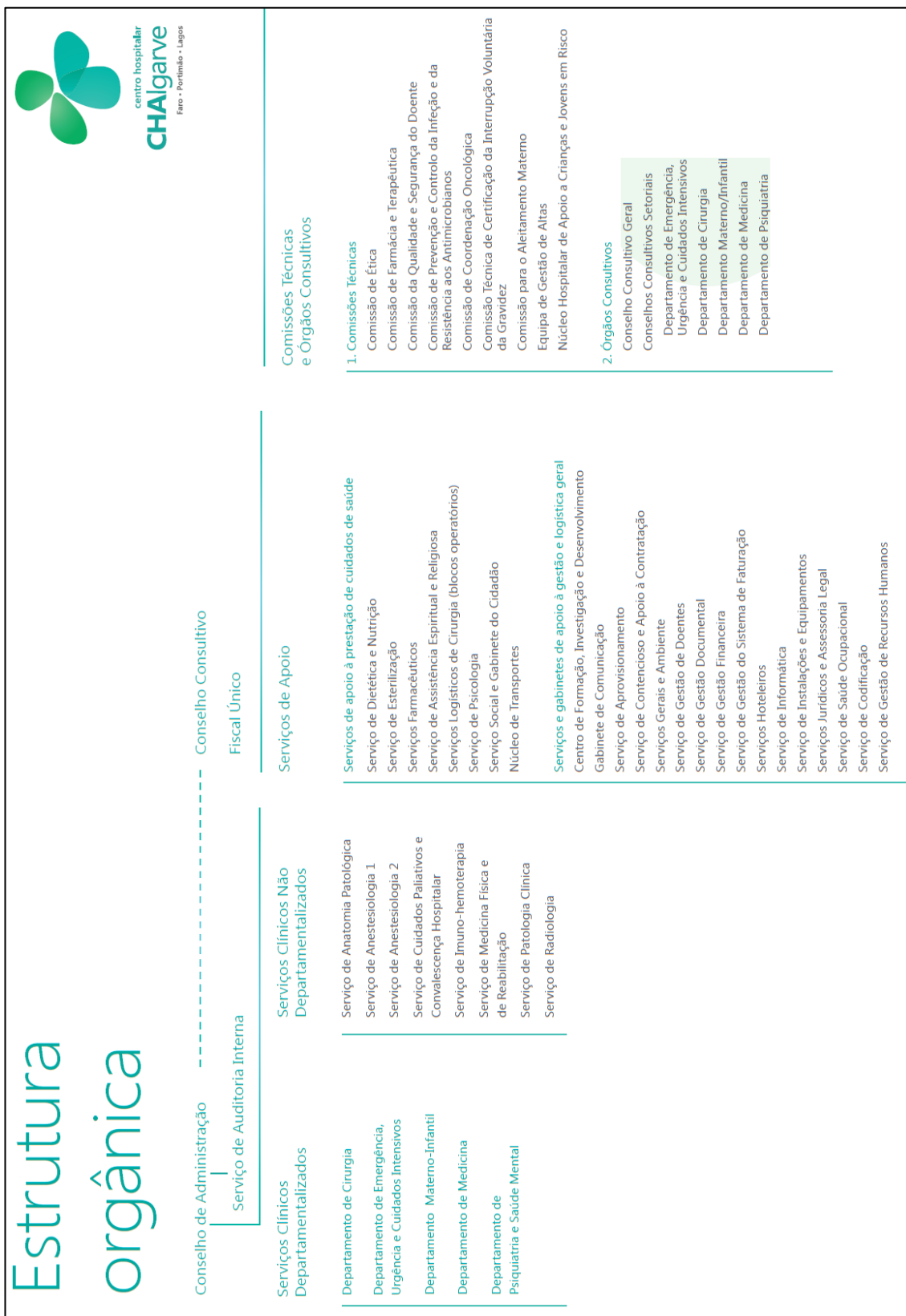


Figura 2.2. Estrutura Orgânica¹⁵

¹⁵ Fonte: <http://www.chualgarve.min-saude.pt/estrutura-organica/>

O Gabinete de Comunicação da Unidade Hospitalar de Faro é constituído por:

- Dois técnicos superiores com formação específica em Ciências da Comunicação (Dra. Daniela Nogueira – supervisora do estágio¹⁶ – e Dr. Márcio Fernandes), que dão apoio na área da assessoria de comunicação e relações públicas;
- Um técnico superior, com formação em Design de Comunicação (Dr. Luís Baptista);
- Um técnico de audiovisuais, com formação em Imagem Animada (Dr. Ricardo Pedro). De referir que o Dr. Luís Baptista e o Dr. Ricardo Pedro prestam apoio a nível da imagem e identidade corporativa.

A missão principal, segundo o Regulamento Interno do Gabinete de Comunicação (2016, p. 1), é “criar, consolidar e difundir a identidade corporativa da instituição, bem como sistematizar e dinamizar as políticas e procedimentos, no âmbito da comunicação institucional, que contribuam para melhorar o relacionamento, conhecimento e perceção da imagem do CHAlgarve”.

O trabalho realizado no Gabinete de Comunicação é exercido nas seguintes esferas de atuação, conforme se encontra no Regulamento Interno do Gabinete de Comunicação (2016, pp. 2-4):

Comunicação Institucional:

- Contribuir para melhorar os sistemas de comunicação e informação interna e externa;
- Gerir os processos de comunicação interna e externa do CHAlgarve;
- Contribuir para reforçar a identidade e sentimento de pertença dos profissionais à organização.

Consultoria e Assessoria de Comunicação:

- Adequar todos os meios e produtos de comunicação em função do público-alvo a atingir;
- Prestar apoio a nível da consultoria na organização de eventos e promoção de iniciativas que divulguem a imagem da instituição.

¹⁶ A Dr.^a Daniela Nogueira, à data da redação deste relatório, já não exerce funções no Gabinete de Comunicação.

Imagem e Identidade visual:

- Criar e reforçar a identidade visual do CHAlgarve através de uma imagem gráfica uniformizada para todos os produtos de comunicação emitidos;
- Promover a identidade corporativa do CHAlgarve e de todas as suas unidades funcionais;
- Prestar consultoria gráfica em relação aos suportes gráficos mais adequados para cada tipo de público-alvo;
- Apoiar a implementação e monitorização de um plano de sinalética que esteja em harmonia com a identidade da instituição.

Comunicação Externa, Relações Públicas e Protocolos:

- Intervir na organização de sessões solenes e visitas institucionais de comitivas nacionais ou estrangeiras que requeiram execução protocolar;
- Receber, filtrar e distribuir os pedidos de divulgação interna de ações promovidas por entidades externas;
- Criar e atualizar os contactos institucionais para diversos efeitos de divulgação no âmbito da atuação do GC;
- Gerir o processo de estabelecimento de protocolos comerciais a serem usados pelos colaboradores do CHAlgarve;

Edição e Publicação de Conteúdos Institucionais:

- Gerir os conteúdos dos canais de comunicação institucionais;
- Auxiliar os produtores de informação na conceção e produção de materiais comunicacionais;

Relação com os Órgãos de Comunicação Social (OCS):

- Assumir-se como interlocutor imediato dos OCS, filtrando e mediando as posições da organização, estando, para isso, em articulação direta e permanente com o CA;
- Selecionar, preparar e enviar aos OCS os comunicados e demais esclarecimentos públicos, calendarizando e coordenando todas as formas de registo para divulgação pública;

- Monitorizar a imagem projetada nos meios de comunicação social acerca do CHAlgarve, realizando uma compilação noticiosa diária (*clipping*) e reportando-a ao CA.

No que concerne ao estágio, prestámos apoio nas seguintes áreas:

Consultoria e Assessoria de Comunicação: através da adequação de materiais ao público-alvo e do apoio logístico prestado na organização de eventos;

Comunicação Externa, Relações Públicas e Protocolos: na distribuição de iniciativas promovidas por entidades externas, na atualização de contactos institucionais e na adequação de protocolos comerciais;

Edição e Publicação de Conteúdos Institucionais: através da revisão textual e tradução de material que figura nos canais de comunicação institucional;

Relação com os Órgãos de Comunicação Social: na realização de *clipping* noticioso para reportar ao Conselho de Administração.

De referir que o funcionamento do Gabinete de Comunicação não é regular quer em termos de horário quer em termos de tarefas, dependendo, portanto, da quantidade e do tipo de trabalho a realizar pelos profissionais. Assim, o volume de trabalho diário pode oscilar muito, dependendo das necessidades e dos prazos concedidos.

O horário de trabalho também varia um pouco, começando, em geral, às 9h30 da manhã (ou, eventualmente, mais cedo, caso seja necessário fazer reportagens de eventos ou acompanhar peças jornalísticas dos meios de comunicação social) e terminando às 18h00 (ou mais tarde, se o volume de trabalho nesse dia for maior ou houver comunicados tardios para difundir pelos Órgãos de Comunicação Social).

A existência de acontecimentos agendados, como congressos, reportagens dos meios de comunicação, entre outros, obriga a que um dos membros do Gabinete permaneça no local de trabalho, enquanto o outro membro acompanha o acontecimento.

Em relação a eventos, é frequente o Gabinete de Comunicação receber a solicitação de auxílio por parte de funcionários do hospital na preparação e execução dos mesmos.

No caso de ocorrências hospitalares imprevistas, em relação às quais o Conselho de Administração sinta que deve prestar esclarecimentos, é o Gabinete de Comunicação o responsável por fazer chegar, aos Órgãos de Comunicação Social, o comunicado que o CA deseja difundir. Para além de tudo isto, é dever do Gabinete de Comunicação

manter a população e os seus profissionais a par de todos os conteúdos considerados noticiosos, como efemérides, celebrações, eventos e novidades médicas dentro do CHAlgarve.

Após a apresentação do local de estágio, segue-se uma descrição do estado da arte da área da Revisão e das principais questões linguísticas e estilísticas constantes em excertos de textos revistos durante o estágio.

3. Revisão de texto

Este capítulo será composto por uma reflexão sobre o estado da arte da Revisão de Texto, abordando-se os seus objetivos e limites impostos ao revisor, descrevendo-se ainda algumas das qualidades necessárias a este profissional, bem como a importância da leitura nesta área.

Posteriormente, apresentar-se-ão os vários géneros textuais a que pertencem os textos revistos e uma análise de excertos de textos que levantaram questões linguísticas (e estilísticas), com soluções adotadas e fundamentação de carácter teórico.

3.1. Estado da arte da Revisão de Texto

Para compreender os objetivos da Revisão de Texto e os limites impostos ao profissional desta área, é necessário definir primeiro o que se entende por texto, pois este é, essencialmente, o objeto de trabalho do revisor.

Segundo a *Gramática da Língua Portuguesa* (2003, p. 87), da autoria de Maria Helena Mira Mateus *et aliae*, textos são “produtos coesos internamente e coerentes com o mundo relativamente ao qual devem ser interpretados”.

Já o termo *textualidade* é utilizado para designar o conjunto de propriedades que as produções da linguagem humana devem ter para que sejam reconhecidas como texto, sendo as mais significativas: a aceitabilidade, a situacionalidade, a intertextualidade, a informatividade e a conetividade (*idem, ibidem*).

Deste modo, para que possamos falar de *texto* é necessário que este apresente as propriedades anteriormente enunciadas e que, acima de tudo, seja coeso e coerente na sua estrutura interna. Se estes critérios não se verificarem, não estamos perante um texto propriamente dito, mas sim uma mera realização escrita da linguagem humana. O revisor de textos pode ajudar a transformar uma realização assim num texto, alterando, por isso, todos os pontos que julgar necessários (coesão, coerência, pontuação, entre outros).

Quanto ao revisor de textos e às competências que este profissional deve apresentar, Sant’Ana e Gonçalves (2010, p. 277) apontam as seguintes: atenção, persistência, dedicação, foco nos detalhes da superfície textual, perceção global do texto, sentido crítico, capacidade de análise e de síntese. Defendem ainda que o gosto pela pesquisa, leitura e escrita são, de igual modo, importantes e que estas atividades devem ser desenvolvidas regularmente pelo revisor (*idem, ibidem*).

A ênfase atribuída à leitura é comum a muitos outros autores, pois é essencial que o revisor goste de ler, não só para aprimorar a sua cultura geral e a sua capacidade de expressão escrita, mas também porque o primeiro passo da revisão textual assenta na leitura crítica do texto a rever. O hábito de ler, de querer aprender sempre mais e adquirir uma vasta cultura geral, através da leitura e da pesquisa de informação adicional relacionada com os assuntos lidos, é algo que enriquece o revisor e que lhe vai dar mais segurança e capacidade de lidar com os eventuais problemas que surjam ao longo das tarefas de revisão que lhe serão propostas. Dito de outro modo, e segundo palavras de Rosa e Gonçalves (2013, p. 153): “É preciso estar disposto a ler, parar, pensar, analisar, buscando muitas vezes mais informações e mais leituras sobre o assunto para que se possa entender a verdade absoluta do texto lido, a real intenção do autor e do texto”. A leitura é, de facto, crucial à construção de bases teóricas. É necessário que o revisor possua este gosto pela leitura, uma vez que é através da leitura que ele vai desenvolver a sua capacidade crítica e de análise do texto de outrem, bem como adquirir conhecimentos necessários para a sua profissão.

Um dos fatores que justifica a extrema importância do trabalho de revisão é o desejo, por parte do(s) autor(es) do texto (independentemente do género literário e do tema tratado), de cativar o maior número de leitores possível. Tal desejo pode ser satisfeito através de textos que sejam atrativos aos olhos do público e que estejam redigidos de forma clara, coerente e coesa. Ora, para que os autores possam publicar textos que os satisfaçam a eles e ao seu público-alvo, o recurso ao trabalho de revisão é uma prática frequente. Note-se que, em geral, a maioria das grandes editoras possuem revisores que se ocupam dos textos aceites para publicação, lendo-os e trabalhando-os de acordo com os objetivos propostos.

O revisor é o responsável por ler o texto de outrem, analisando-o criticamente e melhorando-o tanto quanto possível. Estas melhorias surgem, nas palavras de Muniz (2009, p. 8), na forma de “comentários, dúvidas e críticas dirigidas ao autor ou a outro sujeito do coletivo em questão”, denominam-se “paratextos” e recorrem à metalinguagem¹⁷ (*idem, ibidem*).

De acordo com Coelho e Antunes (2010, pp. 206-207), existem quatro tipos de revisão: linguística, gráfica, normalizadora e temática. Segundo as autoras, a revisão linguística engloba questões ortográficas e gramaticais e é vista, pelo público em geral,

¹⁷ Como já referimos no capítulo 1.2., a *metalinguagem* é uma das funções da linguagem de que a Revisão de Texto faz uso.

como o tipo principal de revisão. No entanto, os outros três tipos de revisão fazem igualmente parte do trabalho que o revisor desenvolve no âmbito das suas tarefas.

Assim sendo, o revisor profissional faz uma *revisão gráfica* quando “trata das questões relacionadas com a apresentação e com a composição visual e material do texto”; procede a uma *revisão normalizadora* ao adequar “o texto às normas bibliográficas e editoriais”; e, por último, realiza uma *revisão temática*, quando “verifica a propriedade e a consistência das formulações de um texto em função de um determinado sistema de conhecimento”. De salientar que, em geral, o revisor procede à revisão de um dado texto, não descurando nenhum dos quatro tipos de revisão. Dito de outro modo, se, por exemplo, ao proceder à revisão linguística de um texto, o revisor entender que o texto não obedece às normas bibliográficas e editoriais, deve intervir e proceder simultaneamente a uma revisão normalizadora.

O objetivo geral do revisor é preparar os textos, adequando-os ao público-alvo e introduzindo-lhes correções e alterações, de modo a que possam ser recebidos pelos seus leitores da maneira mais próxima possível à desejada pelo seu autor¹⁸. De facto, o público-alvo é uma variante essencial a ter em conta aquando das revisões. O revisor revê o trabalho de outrem para o público leitor e nunca exclusivamente para si, nem para seu proveito próprio. O revisor deve querer ser melhor e deve ser exemplar no trabalho que faz, mas em ponto algum se pode esquecer que trabalha com o texto de outrem, cujo objetivo principal é fazer chegar ao seu público-alvo a mensagem contida no texto que escreveu.

Rosa e Gonçalves (2013, p. 151) concordam com a ideia de que o revisor tem de ter em atenção os leitores, em lugar de se preocupar somente com o produto da revisão, ao afirmarem:

“É necessário lembrar que o texto pode ser lido por qualquer pessoa que se disponha a estudá-lo, mesmo que tal pessoa não seja formada na área respectiva do texto escrito, portanto, é preciso pensar na coerência das ideias e na forma de escrita, para que se possa alcançar o maior número de leitores possível”.

Ou seja, estas autoras consideram que o objetivo, se não mesmo o dever, do revisor de textos é aperfeiçoar o texto, tornando-o claro, coeso e coerente, fazendo com que este se torne compreensível a qualquer público, quer seja ou não especializado na matéria que o texto abarca.

¹⁸ Cf. Muniz, 2009, p. 7.

Rosa e Gonçalves (2013, p. 155) referem, no entanto, que o revisor deve ter sempre presente a procura de equilíbrio entre as alterações que julga poderem melhorar o texto e a mensagem original do texto que o autor pretende transmitir. Em determinados momentos, o revisor vê-se limitado em relação às modificações que pode efetuar sob pena de retirar, ao autor, o seu cunho pessoal no texto (*idem, ibidem*). Com efeito, o revisor intervém num texto de outrem e deve respeitar esses limites, não se apropriando do texto, nem o alterando ou reescrevendo a seu bel-prazer¹⁹.

Segundo alguns teóricos da revisão, o trabalho do revisor deve ser “imperceptível para o leitor” (Fidalgo, 2014, p. 17), i. e., as alterações inseridas pelo revisor não devem sobressair no texto. Todo o trabalho por si efetuado deve ser, de certa forma, invisível e apenas ter como objetivo a deteção de problemas do foro linguístico ou de coerência e coesão, sem que se acrescentem dificuldades de interpretação e sem que o texto se modifique. Assim, a quebra dos limites de intervenção pode prejudicar tanto o revisor, ao alterar demasiado o texto de maneira a que o resultado deixa de ser uma versão revista e se torna num novo texto, como o autor, que deixa de ter um texto da sua autoria, com as suas ideias, escolhas lexicais e estruturais.

Contudo, há teóricos que apoiam a noção contrária: a de que o revisor, ao intervir num texto, passa a partilhar a autoria do mesmo, tornando-se num coautor. É essa a postura de, por exemplo, Silvério e Viggiano (2014, p. 255), que defendem que o revisor precisa de assumir “o papel de coautor do texto, fazendo as alterações precisas para melhor compreensão por parte do leitor do produto final, ainda que isso resulte na alteração do texto, mas sem a modificação das intenções do produtor”. Ou seja, ainda que o revisor tenha em conta o autor e as suas intenções, ao intervir diretamente no texto, estará a produzir conteúdo e, assim, assumir uma posição de coautor.

É discutível, de facto, se um revisor pode ser considerado um coautor ou se esta assunção é uma quebra nos limites impostos a este profissional. A verdade é que a procura de harmonia num texto, através das modificações feitas pelo revisor, origina um novo texto, diferente do original em forma, e, por vezes, em conteúdo (Perpétua, 2008, p. 82).

Estas duas posições são contrárias, pois um revisor que pretende ser o mais discreto possível nunca poderá intervir demasiado e ultrapassar os limites impostos tradicionalmente ao revisor; pelo contrário, um revisor que admite intervir em todos os

¹⁹ Veja-se, a propósito, Fernandes, Santos e Araújo, 2015, p. 5.

aspectos que julgue necessários irá acabar por ultrapassar esses limites e impor de forma inequívoca a sua presença ao leitor, pois o «estilo» atribuído a um autor passará a variar em função do revisor.

Adicionalmente, não devemos esquecer que o nível de intervenção de um revisor depende não só das alterações e correções que o autor solicita, como também do género textual a rever. Tomando, como exemplo, dois géneros textuais distintos, o literário e o técnico-científico, é possível perceber que os níveis de intervenção no texto variam de um género para outro, pois os objetivos de cada género ajudam a definir os limites da intervenção do revisor.

Nomeadamente, na revisão de textos pertencentes ao género literário, em que “aspectos como verosimilhança e encadeamento narrativo, que extrapolam as questões textuais básicas, podem e devem ser observados pelo revisor” (Perez e Boenavides, 2017, p. 118), o revisor deve intervir com parcimónia e muito cuidado. O revisor precisa de entender a obra, o estilo e a génese do texto e estar consciente que, ao tratar-se de uma obra literária, tão importante é o conteúdo quanto a forma. É, portanto, permitido ao revisor um certo nível de intervenção que deve ter sempre em conta o autor e o seu estilo, pois só ao autor cabe decidir se o conteúdo e a forma podem ou não ser alterados.

Já nos textos do género técnico-científico, o revisor deve atentar não só a aspetos gramaticais e de coesão e coerência, mas também ao conhecimento especializado do texto. É essencial que o revisor compreenda o assunto de que trata o texto, a fim de realizar, plena e eficazmente, uma boa revisão. Para uma compreensão completa do assunto especializado, o revisor não pode descurar a terminologia da área de atividade do texto, dado que é nos textos técnico-científicos que os termos assumem uma posição central, “uma vez que é fundamental que o revisor tenha conhecimento adequado de seu conceito e uso em um contexto específico” (Castro e Santiago, 2015, p. 374).

A grafia adotada é um dos aspetos importantes, pois um termo não deve surgir escrito de maneiras diferentes, devendo, por isso, manter-se uma grafia única ao longo de todo o texto. Quando o revisor tem dúvidas acerca de um termo, deve consultar o autor, textos da área ou bases de dados terminológicas, como é o caso do *website* IATE (*Inter-Active Terminology for Europe*), no qual é possível pesquisar por termos de diversos domínios e, inclusive, encontrar equivalentes desses termos em 25 línguas diferentes.

Assim sendo, o género textual do texto a rever tem um papel importante e pesa na decisão de um revisor em relação a quando e quanto pode ou não intervir.

Para além disto, revisor e autor trabalham com um objetivo comum: o aperfeiçoamento do texto a publicar, pelo que é essencial que haja diálogo a fim de se resolverem todos os conflitos e esclarecerem quaisquer dúvidas que possam surgir ao revisor. Fernandes, Santos e Araújo (2015, p. 5) indicam que, para a resolução de divergências entre o revisor e o autor, é necessária “uma estreita comunicação entre profissional e cliente”.

De facto, é de extrema importância que o autor e o revisor, sempre que possível, comuniquem, discutam alterações e estabeleçam, assim, uma relação de confiança. É esta relação que vai ditar o grau de intervenção no texto, pois consoante o que decidam autor e revisor, assim será feita a revisão e as alterações efetuadas. Gomide e Filho (2015, p. 341) apoiam esta noção e exemplificam vários tipos de negociações feitas entre ambos os intervenientes (autor e revisor), fazendo notar que “há clientes que, já de início, concedem ao revisor liberdade irrestrita”, e outros, porém, que dão mais destaque aos “procedimentos de revisão relacionados a uma leitura crítica, voltada para a coerência teórico-metodológica do texto” e, por fim, outros que pedem “sinalizações de toda e qualquer alteração feita no texto para sua posterior verificação e aceitação”.

É, portanto, indispensável que o revisor saiba ouvir as solicitações do autor, antes mesmo de começar a trabalhar no texto, não só para perceber o grau de intervenção a que deve obedecer, como também para ter uma ideia das características da obra, por exemplo, do género textual, do público-alvo, e do tipo de linguagem utilizada, entre outras.

O prestígio da norma-padrão, em detrimento de outras variantes linguísticas, pode condicionar o revisor de texto, coibindo-o de aceitar uma variante linguística distinta da norma-padrão. De acordo com Passos e Santos (2011, p. 14), é fundamental que o revisor conheça e respeite as variantes linguísticas, pois, por vezes, são elas que dão sentido ao texto e sem as quais a mensagem que o autor pretende passar corre o risco de se perder.

É fulcral, para um revisor, saber se o tipo de linguagem em que o autor escreve pertence a uma variedade não normativa da língua e se a escolha de uma variedade dialetal ou sociocultural distintas da norma-padrão (como o recurso a palavras pertencentes ao registo coloquial ou a uma variante regional) resulta de uma escolha deliberada do autor ou de um descuido na adequação do registo ao tipo de texto.

No entanto, nem sempre se regista o uso de variantes linguísticas distintas nos textos a rever – tal depende, sobretudo, do género e do tipo de texto em causa. Exemplificando: um relatório não deverá conter expressões próprias de um dialeto, pois, tratando-se de um texto formal, deve respeitar as regras da norma-padrão do Português Europeu. Pelo contrário, um teatro ou um poema podem integrar este tipo de expressões. Cabe, portanto, ao revisor analisar o tipo de texto em causa e decidir quais as estratégias a adotar para a sua revisão.

Salientamos, por último, que a capacidade de resolução de problemas e a descoberta de técnicas ou estratégias que tornem o trabalho de revisão numa tarefa mais simples e eficaz, é algo que só se adquire com a experiência. É necessário o contacto direto com situações que só ocorrem durante o trabalho de revisão, para se aprender quais as formas mais eficazes de solucionar problemas específicos e de reagir a determinadas ocorrências.

Em suma, o trabalho de um revisor não está apenas limitado a aplicar normas linguísticas a um texto, corrigindo-o e melhorando-o apenas do ponto de vista gramatical. É preciso ter em atenção outros fatores, como o género textual, a linguagem utilizada, o estilo do autor, as normas de publicação da editora, entre outros. É um trabalho minucioso, que requer concentração e um ambiente propício à execução da tarefa de revisão, para que o resultado tenha qualidade e corresponda às expectativas do(s) seu(s) autor(es), assim como às dos seus leitores.

Após esta apresentação da área da Revisão de Texto, dos seus objetivos e limites, segue-se a descrição dos géneros textuais em que se inserem os textos revistos durante o estágio.

3.2. Géneros textuais

Ao longo do estágio, foram revistos documentos pertencentes a diversos géneros textuais. Para maior facilidade expositiva, agrupámos estes textos por género textual a fim de procedermos a uma análise das principais questões linguísticas (e estilísticas) suscitadas. Os quatro géneros textuais que serão analisados incluem notícias, conteúdo institucional, guias e textos para a elaboração de um *Manual de acolhimento de novos trabalhadores*.

As **Notícias** são textos de pequena ou média dimensão, com o propósito de divulgar eventos como congressos, palestras, jornadas, efemérides ou celebrações, relatar como decorreram estes eventos, anunciar prémios ou distinções alcançadas por trabalhadores ou serviços do CHAlgarve, servindo também para informar sobre a aquisição de novo equipamento. As notícias têm como público-alvo a comunidade no geral e são publicadas na página *web* oficial do CHAlgarve.

O **Conteúdo Institucional** encontra-se no *website* oficial do Centro Hospitalar e é composto por diversas páginas informativas onde é possível obter informação acerca da missão, da visão e dos valores desta Instituição, saber por quem é composto o atual Conselho Administrativo, qual é a estrutura orgânica do Centro Hospitalar, tomar conhecimento da lotação total do Centro Hospitalar, o número de trabalhadores, ou das distâncias entre Unidades Hospitalares e entre estas e outros hospitais, conhecer o enquadramento jurídico e da legislação de referência e, ainda, obter os contactos essenciais. Todas estas páginas informativas são dirigidas ao público em geral e encontram-se na página oficial do Centro Hospitalar.

Os **Guias** são, tal como o nome indica, textos com regras de conduta e recomendações aos utentes que pretendam fazer visitas a familiares ou conhecidos e, inclusive, àqueles que terão de passar um período no internamento de alguma das Unidades Hospitalares. Os guias pretendem ser concisos e diretos, explicando de forma simples os direitos e os deveres dos utentes e as regras de conduta dentro do Serviço. São textos, como referimos, dirigidos aos utentes e encontram-se disponíveis nas salas de espera ou, em suporte eletrónico, na página oficial do CHAlgarve.

Os textos para elaboração de um *Manual de Acolhimento de novos trabalhadores* compõem-se de documentos *Word* e englobam explicações sucintas sobre os diferentes Serviços existentes no Centro Hospitalar e de que podem usufruir os profissionais, dando-lhes a conhecer a instituição que vão integrar, os valores, as regras e as condutas de trabalho que devem adotar. É dirigido aos novos trabalhadores e, aquando do final do estágio, ainda estava em fase de elaboração.

Realizámos revisões eletrónicas e manuais. Para a revisão eletrónica, foram usadas as ferramentas *Comentário*, *Realçar* e *Rever* do *Word*. Os comentários, inicialmente, serviram para justificarmos as intervenções no texto e os realces para as assinalar. Note-se, porém, que os comentários não figuraram na versão a entregar, enquanto que os realces constaram da versão entregue aos colegas, facilitando assim a

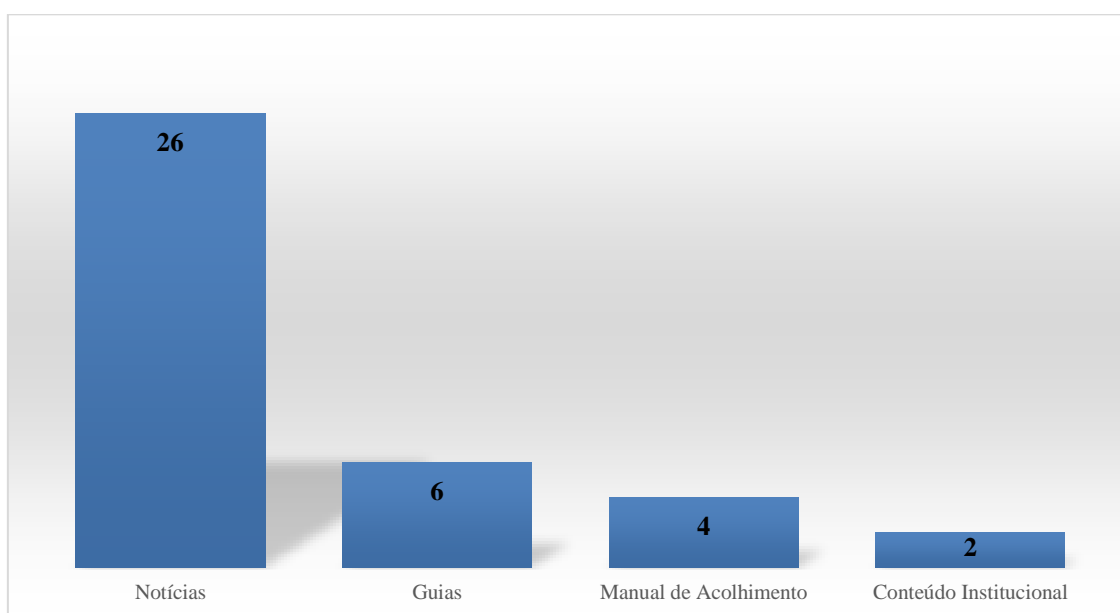
identificação das zonas do texto em que intervimos. Para a revisão manual, seguimos a Norma Portuguesa 61, de 1987, do Instituto Português da Qualidade.

O processo de revisão iniciou-se com uma primeira leitura integral do texto a rever, a fim de determinarmos quais as ideias-chave, o significado global do texto, o objetivo a atingir e o grau de intervenção que seria necessário (se se tratava de um texto com muitas gralhas ou não), isto é, a primeira leitura serviu para termos uma visão de conjunto do texto a rever. Ao longo desta primeira leitura, corrigimos erros como troca de letras, ausência de acentos e adequação da escrita ao Novo Acordo Ortográfico, em vigor. De seguida, relemos o texto para procurar erros de coesão ou coerência, assim como falta de concordância em número ou género.

De referir que efetuámos tantas leituras e intervenções quantas considerámos necessárias para que o texto fosse expurgado dos vários erros que detetámos. Durante as revisões, realçámos a amarelo as palavras ou frases modificadas e comentámos o tipo de erro identificado (concordância, Acordo Ortográfico, acentuação, pontuação, etc.).

No caso das revisões manuais, utilizámos a Norma Portuguesa 61 e, em seguida, digitámos o texto revisto em *Word*, de modo a podermos entregar uma versão limpa e mais facilmente legível.

No gráfico seguinte (3.2.1.), apresentamos o número de documentos analisados por género textual.



3.2.1. Número de documentos revistos por género textual

Como se pode observar no gráfico 3.2.1., o número de documentos revistos difere de género para género, correspondendo o maior número de textos revistos a notícias e pertencendo o menor número a textos de conteúdo institucional. De salientar que este facto se deve à produção numerosa de conteúdo noticioso.

Para termos uma noção mais precisa do volume de trabalho realizado, por género textual, veja-se o quadro abaixo.

Género Textual	Nº de páginas	Nº de palavras
Notícias	28	7155
Guias	14	2481
Manual (textos)	24	8079
Conteúdo Institucional	11	2259
Total	77	19974

3.2.2. Dados numéricos sobre os textos revistos (nº de páginas, nº de palavras)

Dado que o Centro Hospitalar do Algarve adotou o Novo Acordo Ortográfico, procedemos às seguintes alterações:

- a) os nomes de meses passaram a ser grafados com minúscula inicial;
- b) supressão dos grafemas <c> e de <p> em grupos consonânticos quando não são articulados;
- c) aplicação das novas regras de hifenização.

Em seguida, abordaremos algumas das principais questões linguísticas (e estilísticas) com que nos deparámos durante o exercício da revisão de texto.

3.3. Análise de questões linguísticas (e estilísticas)

Tratando-se de uma instituição de serviço público, cuja imagem de autoridade na área da saúde é crucial, todos os documentos por ela emitidos devem estar redigidos num registo formal de acordo com a norma-padrão do português europeu. Assim sendo, a revisão deve reger-se por esses critérios e proceder em consonância. Deste modo, adotou-se uma gramática normativa, nomeadamente, a *Nova Gramática Contemporânea*, de Celso Cunha e Lindley Cintra (1989), embora tenhamos recorrido

também à *Gramática da Língua Portuguesa*, de Mira Mateus *et aliae* (2003), ao *Prontuário da Língua Portuguesa* (2013) e a *Infopédia online*, entre outros. De notar, porém, que, caso os documentos a rever pertencessem a um género textual distinto, as escolhas poderiam ter sido outras²⁰, pois teríamos que atender a aspetos próprios de variantes dialetais, nível de língua informal, etc.

Passamos, em seguida, a analisar alguns excertos dos textos revistos e que colocam questões linguísticas pertinentes.

A) Pontuação

O uso adequado da pontuação é, em geral, um dos aspetos da gramática do português que mais dúvidas suscita aos redatores quer eles sejam ou não profissionais da escrita.

As regras de pontuação obedecem a critérios sobretudo sintáticos, mas também semânticos e prosódicos (estes últimos, nomeadamente, para facilitar a leitura oralizada). Dito de outro modo, para se saber pontuar corretamente, é necessário não só conhecer as regras de pontuação da língua portuguesa, mas também ser capaz de analisar sintaticamente o enunciado, não descurando a sua análise semântica, a modalidade discursiva (i.e., o tipo de frase: declarativa, interrogativa, exclamativa, etc.) e, ainda, a prosódia, o ritmo da leitura.

De entre os diversos sinais de pontuação, a vírgula é, sem dúvida, o que suscita mais dificuldades, devido aos diversos valores e contextos em que deve ser empregue.

A vírgula apresenta, entre outras, as seguintes funções:

- i) Assinalar alterações à ordem básica dos constituintes na frase.

Exemplo: *Ao João, oferecemos um livro*²¹.

Trata-se de um caso de topicalização, em que o tópico marcado está em posição pré-verbal e associado a uma categoria vazia, neste caso o complemento indireto (Mateus *et aliae*, 2003, pp. 497-500).

²⁰ A tipologia textual e o facto de revermos textos não-literários que deviam pautar-se pelas regras da gramática normativa e fazer uso de um nível de língua formal impuseram, em certa medida, o tipo de recursos bibliográficos e demais instrumentos de consulta.

²¹ Exemplos nossos.

ii) Separar elementos com a mesma função sintática, quando estes não estão unidos pelas conjunções *e*, *ou* e *nem*²².

Exemplo: *O João ofereceu chocolates ao Paulo, à Sofia e à Joana.*

Os constituintes *ao Paulo*, *à Sofia* e *à Joana* exercem todos a função sintática de complemento indireto do verbo *oferecer*, podendo ser pronominalizáveis em *-lhes*. De salientar que, no caso de três (ou mais) elementos coordenados, estes devem ser separados por vírgula e o último deve ter a conjunção coordenativa aditiva expressa.

iii) Isolar o vocativo.

Exemplo: *João, como se chama o livro novo que compraste?*

iv) Separar o lugar da data, na datação de um texto.

Exemplo: *Faro, 23 de fevereiro de 2018.*

v) Indicar a omissão de um constituinte (ou, eventualmente, de mais), numa oração coordenada, se esse(s) constituintes for(em) idêntico(s) ao(s) contido(s) na primeira oração²³.

Exemplo: *O João toca violino e o Paulo, violoncelo.*

vi) Separar orações coordenadas assindéticas.

Exemplo: *O Pedro pediu um gelado à mãe, o Paulo preferiu um bolo.*

Neste caso, a vírgula substitui a conjunção coordenativa.

vii) Separar as orações coordenadas sindéticas, à exceção das introduzidas pela conjunção copulativa *e*.

Exemplo: *O João queria o jogo, mas não tinha dinheiro.*

De salientar, porém, que as orações coordenadas sindéticas com a conjunção copulativa *e* devem ser separadas por vírgula quando os sujeitos são diferentes.

Exemplo: *O João é do Porto, e a Maria é do Benfica.*

Os sujeitos das orações coordenadas são diferentes, pelo que a vírgula é recomendada.

viii) Isolar orações subordinadas relativas explicativas²⁴.

Exemplo: *Os gregos, filósofos, gostavam de discursar.*

²² Quando estas conjunções se repetem numa enumeração, é habitual separar por vírgula os elementos coordenados (Exemplo: *O João quer ir a Londres, e a Paris, e a Amesterdão.*).

²³ Cf. a propósito, sobre elipse lacunar (*gapping*), Mateus *et aliae*, 2003, p. 901.

²⁴ Formalmente, no registo escrito, a diferença entre uma oração relativa restritiva e uma oração relativa explicativa é o facto de a primeira não poder ser separada por vírgula, enquanto que a oração relativa explicativa deve apresentar vírgula.

ix) Separar as orações subordinadas das subordinantes (com exceção das completivas ou integrantes);

Exemplo: *Quando olhou para a janela, viu que anoitecera.*

Dado que a oração subordinada adverbial temporal ocorre antes da oração subordinante, deve estar separada por vírgula²⁵.

x) Separar orações reduzidas de infinitivo, de gerúndio e de particípio, quando equivalentes a orações adverbiais;

Exemplo: *Procurando nas gavetas, o João encontrou a carta da Ana.*

Dado que os textos que revimos seguem a norma-padrão, ao procedermos à revisão dos textos no que concerne à pontuação, adotamos as normas descritas da *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (1989), de Celso Cunha e Lindley Cintra.

Acresce dizer que, sendo o português uma língua SVO, isto é, sujeito – verbo – complemento direto – complemento indireto, qualquer alteração a essa ordem básica deve ser assinalada por vírgula. A vírgula serve, portanto, para marcar estas alterações, nomeadamente, quando em posição inicial de frase ocorre um complemento (de tempo, etc.), em lugar do sujeito. Vejamos o seguinte excerto:

(1) “*Durante a sessão de abertura, que contou com representantes de várias entidades, o presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Algarve (CHAlgarve), Joaquim Ramalho congratulou-se com a consolidação das jornadas, as quais ao longo dos últimos anos têm vindo a ganhar maior expressão*”²⁶.

Em (1), o complemento de tempo “*Durante a sessão de abertura*” está em posição inicial de frase, tendo sido, pois, separado por vírgula da oração relativa explicativa que o segue (e que, por sua vez, se separa por vírgula do sujeito da frase)²⁷. De salientar que, no excerto em questão, o sujeito é seguido de um aposto (*Joaquim Ramalho*) que deve ser isolado por vírgulas do sujeito que o precede e do predicado que o segue. Dado que a vírgula não constava do texto a rever, ela foi introduzida aquando da revisão.

²⁵ A propósito, ver Mateus *et aliae*, 2003, pp. 721-724.

²⁶ “Presidente do CHAlgarve marcou presença nas IV Jornadas do Internato Médico do Algarve” – 18/9/16.

²⁷ As orações relativas podem ser de dois tipos: oração relativa restritiva (não devendo ser separada por vírgula do nome que a precede) e oração relativa explicativa (devendo, neste caso, ser separada por vírgula).

A vírgula serve ainda para separar o complemento de tempo do complemento de lugar quando se sucedem.

Assim sendo, em:

(2) “*A primeira (iniciativa) decorre logo no dia 10 de outubro no Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes (ISMAT)*”²⁸

o complemento de lugar *onde* deve estar separado por vírgula do complemento de tempo, pelo que introduzimos uma vírgula a seguir a “*no dia 10 de outubro*”.

Também em:

(3) “*No ano da contratação o trabalhador tem direito, após seis meses completos de execução do contrato, a gozar 2 dias úteis de férias por cada mês de duração do contrato até ao limite máximo de 20 dias úteis*”²⁹

o constituinte sublinhado é um complemento de tempo com a função de modificador de frase, o que torna essencial a inclusão de uma vírgula que o separe do resto da frase.

No que respeita à conjunção coordenativa adversativa *mas*, a vírgula precede, em geral, esta conjunção (podendo, contudo, substituí-la). Efetivamente, de acordo com a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (1989, pp. 642-643), “Entre orações, emprega-se a vírgula: 1.º) Para separar as orações coordenadas assindéticas” e “2.º) Para separar as orações coordenadas sindéticas, salvo as introduzidas pela conjunção *e*”.

Assim, em:

(4) “*Em dezembro assinala-se o Dia Mundial da Deglutição, uma efeméride socialmente pouco reconhecida mas com grande expressão junto dos profissionais de saúde, doentes e familiares*”³⁰

é possível observar que a oração coordenada adversativa sindética (aqui sublinhada) surge sem uma vírgula a separá-la da oração principal, tendo, por conseguinte, durante o processo de revisão, sido introduzida uma vírgula antes da oração adversativa.

²⁸ “CHAlgarve assinala Dia da Saúde Mental com palestras dirigidas aos profissionais e à população” – 7/10/16.

²⁹ Excerto extraído do *Manual de Acolhimento de novos trabalhadores*.

³⁰ “Profissionais de saúde alertam para as alterações da deglutição” – 25/11/16.

No excerto seguinte:

(5) “Por isso lembre-se: alguns minutos por dia, nem sabe o bem que lhe fazia!”³¹

emprega-se uma locução conjuntiva em posição inicial, sem uma vírgula a isolá-la do resto da oração.

De salientar, a propósito, que a *Gramática do Português* (2013, p. 1810) defende que *por isso* tem o comportamento de um adjunto adverbial periférico de natureza preposicional porque, tal como é próprio destes elementos, obedece às seguintes regras: (i) pode coocorrer com uma verdadeira conjunção coordenativa, (ii) forma um grupo melódico e entoacional autónomo que é frequentemente assinalado por vírgulas e (iii) pode ocorrer em variados momentos da frase, tais como entre sujeito e predicado, depois do verbo ou no final da frase.

De facto, em (5), *por isso* pode ser classificado como um adjunto adverbial periférico, pois poderia ocorrer precedido de uma conjunção copulativa *e*, sendo nesse caso, isolado por vírgulas (“*E, por isso, lembre-se...*”) e, além disso, apresenta mobilidade na frase (“*Lembre-se, por isso, alguns minutos por dia...*”). Em conformidade com esta análise, introduzimos em (5) uma vírgula após a locução conjuntiva *por isso*.

Quanto aos advérbios, podem ser modificadores de verbo, de adjetivo ou de outros advérbios, devendo situar-se junto do elemento (verbo, adjetivo ou advérbio) que modificam. Os advérbios podem ainda ser modificadores de frase e, nesse caso, apresentam grande mobilidade na frase e devem ser isolados por vírgulas³².

De referir que, ao longo da revisão dos textos para elaboração do *Manual de Acolhimento de novos trabalhadores*, encontrámos casos em que advérbios terminados em *-mente* e com função de modificadores de frase não se encontravam apropriadamente isolados:

(6) “Mensalmente é efetuada a verificação e contabilização das horas realizadas, por trabalhador, para efeitos remuneratórios”.

³¹ Excerto retirado de um folheto sobre higiene postural, dirigido aos trabalhadores do CHA Algarve, que apresentava as vantagens da realização de exercícios que melhoram a postura, indicando também quando e como devem ser realizados estes exercícios e aconselhava a prática diária do exercício postural.

³² Cf. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 1989, pp. 537-538.

Em (6), o advérbio de tempo *mensalmente* é modificador de frase e, conseqüentemente, tem mobilidade na frase, pelo que deve ser isolado por vírgula (pelo que foi introduzida aquando da revisão).

Já em:

(7) “*No âmbito do Dia Mundial da Saúde Mental, que se assinala a 10 de outubro, o Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do CHAlgarve, vai dedicar uma semana aos profissionais do setor da saúde*”³³.

Como se pode observar, em (7), “*o Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do CHAlgarve*” é o sujeito da frase e encontra-se separado do predicado por uma vírgula. Este, porém, é um contexto em que a vírgula não pode ocorrer, ou seja, não se pode separar o sujeito do predicado. Por isso, aquando da revisão do texto, a vírgula foi retirada.

No que concerne às aspas, o seu uso é aconselhado para grafar termos ou expressões que não se incluem no léxico português por serem estrangeirismos ou neologismos. Note-se, todavia, que as aspas, no caso de obras impressas ou digitalizadas, são, em geral, substituídas por itálico (Cf. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 1989, pp. 658-659). Acresce dizer que, numa instituição hospitalar, e especificamente no discurso técnico-científico é recorrente o uso de termos em inglês. Assim sendo, quando nas revisões surgiram termos como *annual meeting*, *hands-on* e *website*, o procedimento adequado a adotar seria aplicar aspas ou grafar os termos em itálico.

Contudo, dado que as aspas são utilizadas para assinalar nomes de eventos, no corpo das notícias ou nos seus títulos, optámos pelo uso do itálico para assinalar os estrangeirismos³⁴.

Por último, o travessão serve “Para isolar, num contexto, palavras ou frases” (*idem*, p. 663) e, nesse caso, tem função análoga à dos parênteses, ou seja, a de “intercalar num texto qualquer indicação acessória” (*idem*, p. 660).

³³ “CHAlgarve assinala Dia da Saúde Mental com palestras dirigidas aos profissionais e à população” – 7/10/16.

³⁴ Por razões técnicas, o itálico não é visível nas páginas do *website* do CHAlgarve, transformando em *hyperlinks* as palavras formatadas com este tipo de letra, retirando-lhes o destaque que deveriam ter.

No exemplo seguinte:

(8) “*pijama ou camisa de dormir, chinelos, de preferência que possa utilizar no banho, toalhas de banho e de rosto, produtos de higiene pessoal, livros, revistas*”³⁵.

A oração sublinhada, em (8), dá uma indicação acessória e, por isso, surge isolada por vírgulas. Contudo, os elementos da enumeração também surgem separados por vírgula. A fim de assinalar de forma clara esta oração e distingui-la dos elementos da enumeração dos objetos que os utentes podem levar para o internamento, optámos pelo uso do travessão para intercalar a informação:

(8’) “*pijama ou camisa de dormir, chinelos – de preferência que possa utilizar no banho –, toalhas de banho e de rosto, produtos de higiene pessoal, livros, revistas*”.

Por último:

(9) “*Caso, no desempenho da sua atividade, venha a partilhar o mesmo computador com outros utilizadores, não sendo por isso viável a configuração da sua conta de Outlook para utilização individual, poderá sempre aceder à sua caixa de email via webmail. Como? Na intranet e no site institucional www.chalgarve.min-saude.pt, existem ligações para “acesso ao email institucional”, sendo-lhe pedido que introduza os seus dados de login*”³⁶.

Em (9), é de salientar que o excerto pertence a um dos textos informativos para elaboração do *Manual de Acolhimento*, que devem ser escritos num registo formal e sem marcas de oralidade (como é o caso da pergunta retórica sublinhada que confere ao discurso um tom de oralidade). Eliminámos, portanto, esta pergunta, substituindo-a por um travessão:

(9’) “*Caso, no desempenho da sua atividade, venha a partilhar o mesmo computador com outros utilizadores, não sendo por isso viável a configuração da sua conta de Outlook para utilização individual, poderá sempre aceder à sua caixa de email via webmail – na intranet e no site institucional www.chalgarve.min-saude.pt, existem ligações para “acesso ao email institucional”, sendo-lhe pedido que introduza os seus dados de login*”.

³⁵ Excerto retirado de um Guia de Internamento.

³⁶ Retirado dos textos para a elaboração do *Manual de Acolhimento a novos trabalhadores*.

B) Adequação da escrita a um registo cuidado

No que respeita à adequação da escrita a um registo cuidado, Figueiredo (2006, p. 73) defende que:

“A adequação é a propriedade da textualidade que dá conta da relação do texto e do seu contexto e de como o texto, como unidade comunicativa, se interpreta em relação a uma série de elementos extralinguísticos como sejam os interlocutores, a relação entre ambos, o espaço e o tempo da enunciação, a intenção comunicativa, o mundo compartilhado, o papel e o lugar social”.

É, portanto, de acordo com estes elementos extralinguísticos que o nível de língua da escrita se adequa e se estrutura. Por sua vez, os níveis de língua variam em função do grau de formalidade da situação de comunicação, mas também do nível sociocultural do falante, do meio de comunicação utilizado (oral ou escrito), dos objetivos da comunicação (informativos, lúdicos, didáticos, etc.)³⁷.

De acordo com estes conceitos de correção linguística e de adequação da escrita, tomámos as seguintes decisões: procurámos alterar o mínimo possível os textos e apenas efetuar as correções que considerámos imprescindíveis para a gramaticalidade dos enunciados.

Vejamos alguns excertos em que julgámos necessário intervir:

(1) *“Outro dos trabalhos distinguidos foi “The Reverse of the Medal” apresentado pela Dr.^a Vera Luís, que aborda um caso clínico para alertar para a questão da suplementação utilizada nos ginásios, por forma a poder prevenir os seus efeitos secundários”³⁸.*

Em (1), surgem duas palavras homónimas: a conjunção subordinativa final *para* (em “*para alertar*”) e a preposição *para*, pedida pelo verbo *alertar*, o que dificulta a compreensão do enunciado, porque compromete a sua clareza expositiva.

A fim de evitar a ocorrência destes dois vocábulos, procedemos à seguinte alteração:

(1’) *“Outro dos trabalhos distinguidos foi “The Reverse of the Medal”, apresentado pela Dr.^a Vera Luís, que, recorrendo a um caso clínico, alerta para a questão da suplementação utilizada nos ginásios, por forma a poder prevenir os seus efeitos secundários”.*

³⁷ Cf. Peres e Mória, 1995, p. 53.

³⁸ “Profissionais do CHAlgarve em destaque no Congresso Europeu de Medicina Interna” – não publicada.

Deste modo, recorreremos a uma oração gerundiva para dar conta de duas ações próximas no tempo (a ação do verbo no gerúndio teve início antes da indicada pelo verbo no presente e pode prosseguir enquanto esta se realiza)³⁹.

Também em:

(2) “*Concomitantemente o ano de 2016 foi declarado Ano Internacional das Leguminosas (AIL), pela 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas*”⁴⁰

o substantivo comum *ano* surge repetido, ao ocorrer no grupo nominal com função de sujeito (*o ano de 2016*) e no predicativo do sujeito (i.e., na designação *Ano Internacional das Leguminosas*), o que, mais uma vez, deve ser evitado. Assim sendo, simplificámos o primeiro grupo nominal da seguinte forma:

(2’) “*Concomitantemente, 2016 foi declarado Ano Internacional das Leguminosas (AIL), pela 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas*”.

A decisão de eliminar a primeira ocorrência do substantivo *ano* em detrimento da segunda deve-se ao facto de, na segunda ocorrência, o substantivo não ser um nome comum, mas ser um nome composto que corresponde a um título representativo, atribuído a 2016 pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, razão pela qual seria impossível eliminar qualquer um dos constituintes deste nome composto.

Já em:

(3) “*As lentilhas, feijões, ervilhas e grão-de-bico são tipos de leguminosas secas fundamentais nas dietas de grande parte da população mundial mais comuns*”⁴¹

o adjetivo *comum* no grau superlativo relativo de superioridade está deslocado para a posição final de frase, quando deveria ocorrer junto do nome que qualifica, ou seja:

(3’) “*As lentilhas, feijões, ervilhas e grão-de-bico são os tipos mais comuns de leguminosas secas, fundamentais nas dietas de grande parte da população mundial*”⁴².

³⁹ Cf. Cunha e Cintra, 1989, pp. 487-491, relativamente ao emprego do gerúndio.

⁴⁰ “Dia Mundial da Alimentação – Mensagem do Serviço de Dietética e Nutrição” – 16/10/16.

⁴¹ “Dia Mundial da Alimentação – Mensagem do Serviço de Dietética e Nutrição” – 16/10/16.

⁴² Segundo a *Gramática da Língua Portuguesa* (2003, p. 749), “o Superlativo Relativo, nas suas duas formas de Superioridade e de Inferioridade, estabelece uma comparação entre a intensidade de uma propriedade atribuída a uma entidade relativamente ao padrão estabelecido pelo universo total dos indivíduos a que a referida entidade pertence” e deve ser quantificado por um artigo definido.

De referir ainda que inserimos o determinante artigo definido masculino plural *os* antes do nome *tipos* (que determina), tendo simultaneamente alterado a ordem do advérbio *mais* e do adjetivo *comuns* para junto do nome que qualifica.

Alternativamente, poderíamos ter optado por retirar “*tipo de leguminosas secas*” uma vez que “o nome elíptico do sintagma nominal superlativo pode ser recuperado pragmaticamente através do contexto situacional, sem qualquer necessidade de um antecedente explícito na frase” (*Gramática do Português*, 2013, p. 1432). A notícia de onde proveio este excerto está relacionada com o tema “2016, Ano Internacional das leguminosas”, sendo, pois válida a opção de retirar a expressão que referimos acima. Contudo, não o fizemos, pois a frase original incluía a expressão e o trabalho do revisor de texto passa por alterar o texto original o mínimo possível.

Também em:

(4) “*O Serviço de Dietética e Nutrição junta-se à iniciativa promovendo para o Dia Mundial da Alimentação na refeição do utente a presença de leguminosas na sua ementa.*”

Almoço: Bacalhau cozido com grão

Jantar: Creme de Lentilhas

Bem como uma apresentação alusiva ao tema a passar nos ecrãs plasmas da UHP-L”⁴³
é visível a alteração à ordem básica dos constituintes na frase, pelo que procedemos às seguintes alterações:

- a) introdução de uma vírgula para separar a oração gerundiva da oração principal (cf.: *O Serviço de Dietética e Nutrição junta-se à iniciativa, promovendo...*);
- b) deslocação do complemento direto do verbo *promover* (cf.: *uma apresentação alusiva ao tema*) e da oração infinitiva que a segue.

O resultado foi o seguinte:

(4’) “*O Serviço de Dietética e Nutrição junta-se à iniciativa, promovendo, para o Dia Mundial da Alimentação, uma apresentação alusiva ao tema, a passar nos ecrãs plasmas da UHP-L, e incluindo a presença de leguminosas na ementa da refeição do utente.*”

Almoço: Bacalhau cozido com grão

Jantar: Creme de lentilhas”.

⁴³ Extraído de: “Dia Mundial da Alimentação – Mensagem do Serviço de Dietética e Nutrição” – 16/10/16.

A inversão na ordem dos elementos foi necessária para tornar a mensagem mais clara e para se poder enumerar, no final, as refeições contempladas pela iniciativa do *Serviço de Dietética e Nutrição* para o *Dia Mundial da Alimentação*.

No género textual referente aos **Guias**, consideramos que deve haver ainda maior cuidado na escrita, procurando evitar-se o uso de expressões com conotações negativas, de construções confusas ou vazias de significado, que possam induzir em erro o leitor ou levá-lo a sentir-se “desconfortável”.

Um exemplo de uma frase que poderia antagonizar o leitor seria a seguinte:

(5) “*O que deve fazer: - Controlar as crianças que estiverem consigo para adotarem um comportamento correto*”⁴⁴.

Sendo a frase gramaticalmente correta, o verbo *controlar* pode ter aqui uma conotação negativa, já que este verbo, tem o significado de “impedir a manifestação de sinais ou expressões que revelam os próprios sentimentos, sensações, emoções”⁴⁵, o que nem sempre é interpretado de maneira positiva. Assim sendo, confrontámos os nossos colegas, expondo a possibilidade de substituir o verbo *controlar* por *ajudar*, explicando a conotação do primeiro verbo.

Tendo os nossos colegas concordado com a nossa sugestão de alteração, modificámos a frase para:

(5’) “*O que deve fazer: - Ajudar as crianças que estiverem consigo a adotarem um comportamento correto*”.

Ou seja, substituímos o verbo *controlar* por *ajudar* e a preposição *para* pela preposição *a*, pedida pelo novo verbo.

Já a frase:

(6) “*Com o objetivo de facilitar o processo de disponibilização de informação clínica, a família deve eleger uma pessoa que sirva de elo de ligação com os profissionais*”⁴⁶

inclui um pleonasma e, segundo a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (1989, p. 618), o uso deste recurso estilístico, só se justifica se o seu objetivo for o de realçar uma ideia, propositadamente. Se, por outro lado, não acrescentar nada à

⁴⁴ Extraído de um guia da *Comissão de Controlo de Infeções*.

⁴⁵ De acordo com o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, 2001, p. 958.

⁴⁶ In *Guia de Internamento da Unidade de Cuidados Intensivos Polivalente* (UCIP).

expressão e for apenas uma repetição de ideias desnecessária, então torna-se dispensável.

Ora, o substantivo *elo* significa “ligação” e, por sua vez, o substantivo *ligação* é semanticamente equivalente a *elo*. Estamos, portanto, perante um pleonasma, i.e., a repetição de uma ideia já expressa.

Assim sendo, para evitar este uso pouco cuidado da língua, a frase inicial foi corrigida para:

(6’) “*Com o objetivo de facilitar o processo de disponibilização de informação clínica, a família deve eleger uma pessoa que sirva de ligação com os profissionais*”.

C) Emprego de preposições

No que respeita às preposições, foi preciso, em diversos casos, intervir aquando da revisão, substituindo a preposição selecionada:

(1) “*Em termos de resposta assistencial, assume a responsabilidade direta pela prestação de cuidados de saúde diferenciados aos 16 concelhos do Algarve, garantindo a segurança em saúde de todos os que habitam ou visitam a região*”⁴⁷.

Em (1), era notório o emprego inadequado da preposição *em*, uma vez que, neste contexto, a preposição *em* regida pelo substantivo abstrato *segurança*, está incorretamente usada.

De salientar, porém, que a construção “*segurança em saúde*” é usada, por exemplo, quando se expõem procedimentos de segurança que devem existir na área profissional da saúde. Contudo, em (1), não se trata da área de trabalho da saúde, mas sim da saúde dos utentes.

Assim, e de acordo com esta leitura, decidimos substituir a preposição *em* pela preposição *de* e procedemos à sua contração com o artigo definido *a* para referir o estado saudável dos utentes, que o CHAlgarve garante que será tratado com segurança:

(1’) “*Em termos de resposta assistencial, assume a responsabilidade direta pela prestação de cuidados de saúde diferenciados aos 16 concelhos do Algarve, garantindo a segurança da saúde de todos os que habitam ou visitam a região*”.

⁴⁷ In **Conteúdo Institucional**, no tópico referente ao *Posicionamento Estratégico*, em que se expõe a *Missão da Instituição*.

Já em:

(2) “*Trabalho em prol de utente*”⁴⁸

a construção *em prol de* é uma locução prepositiva que significa algo feito a favor de algo ou alguém, neste caso, o utente.

Dado que o artigo definido deve ocorrer antes do substantivo, a frase correta é:

(2’) “*Trabalho em prol do utente*”

visto que, com orações substantivas, a preposição contrai com o artigo que antecede o substantivo.

Vejam os outro caso:

(3) “*escova dos dentes*”⁴⁹.

Neste nome composto, com a estrutura interna *N de N*, o determinante artigo definido masculino plural não ocorre, não devendo, por isso, fazer-se a contração da preposição *de* com o artigo definido *os*:

(3’) “*escova de dentes*”.

Também em:

(4) “*O horário e o número de visitas poderão ser mais flexíveis nas seguintes situações: antes do bebé ser operado*”⁵⁰

a preposição *de* não deve contrair com o artigo definido *o*, pois ocorre antes de um verbo.

Confronte-se, a propósito, Cunha e Cintra (1989, p. 211): “Quando a preposição que antecede o artigo está relacionada com o verbo, e não com o substantivo que o artigo introduz, é aconselhável que os dois elementos fiquem separados”. Assim sendo, corrigimos a frase, separando a preposição do artigo definido:

(4’) “*O horário e o número de visitas poderão ser mais flexíveis nas seguintes situações: antes de o bebé ser operado*”.

De referir, a propósito, que a *Gramática do Português* (2013, p. 1509) declara que é frequente os falantes efetuarem a contração de outras preposições (nomeadamente, *por*, *com* e *em*) com os artigos definidos que as seguem, e acrescenta que “o facto de as preposições não se contraírem nestes contextos provoca por vezes

⁴⁸ In *Valores da Instituição, Conteúdo Institucional*.

⁴⁹ In *Guia de Acolhimento da Unidade de Cuidados Intensivos Polivalente*.

⁵⁰ In *Guia do Serviço de Pediatria*. Este Guia pertence ao Centro Hospitalar de Lisboa Central E.P.E., Hospital de Dona Estefânia, Unidade de Cuidados Intensivos Neonatais e foi-nos solicitada a sua revisão, com o objetivo de o adaptar para o Centro Hospitalar do Algarve.

alguma perplexidade em falantes que nunca viram explicitada a razão desse bloqueio, levando a muitas hesitações e fenómenos de hipercorreção”.

A “razão desse bloqueio” é simples: sempre que a preposição esteja relacionada com o verbo da oração que a segue (e não com o grupo nominal que segue a preposição) a preposição não contrai. Trata-se de um erro frequente, pois, na oralidade e na escrita menos formal, esta regra de não contrair a preposição com o artigo não é estigmatizada, o que leva a que este erro se transponha para outros tipos de discurso.

Os discursos mais formais, como o *Guia do Serviço de Pediatria* de onde retirámos o exemplo anterior devem evitar este tipo de erros, sendo aconselhável que o revisor proceda à sua correção, se for o caso, antes da sua publicação.

D) Outros casos

Por não se incluírem em nenhuma das secções já desenvolvidas, mas, ainda assim, considerarmos a sua discussão relevante, serão apresentados em seguida outros casos encontrados aquando das revisões das notícias.

Vejamos o primeiro caso:

(1) “*a sessão de inauguração contou com as presenças do Presidente do Conselho de Administração do CHAlgarve, Joaquim Ramalho, do Presidente do Conselho Diretivo da ARS Algarve, João Moura Reis e, da edil portimonense, Isilda Gomes*”⁵¹.

Segundo o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (2001, p. 945) atesta, a construção *contar com*, na quinta aceção, equivale a: “Ter entre os seus elementos constituintes, participantes, colaboradores”.

Esta construção é um predicado nominal cujo núcleo é o nome predicativo *presença* e o verbo suporte elementar é *ter*, aceitando como variante estilística *contar com*, pelo que deve, portanto, ser utilizada com o nome predicativo *presença* no singular:

(1’) “*a sessão de inauguração contou com a presença do Presidente do Conselho de Administração do CHAlgarve, Joaquim Ramalho, do Presidente do Conselho Diretivo da ARS Algarve, João Moura Reis, da edil portimonense, Isilda Gomes*”.

⁵¹ “Aquário de 300lt inaugurado na sala de tratamentos de quimioterapia na Unidade Hospitalar de Portimão” – 5/9/16.

De notar também que o substantivo *edil* é apenas usado no masculino, não havendo uma forma feminina. Foi, por isso, substituído o termo por “*Presidente da Câmara Municipal de Portimão*”.

Também em:

(2) “*O torneio é organizado autonomamente (...) e conta com os apoios da companhia de seguros Tranquilidade, da Câmara Municipal de Faro, do Centro Hospitalar do Algarve, do Centro Ortopédico do Sul e da Pastelaria Trigo Dourado*”⁵².

O *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (*idem*, p. 3545) afirma, na segunda aceção do verbo *ter*, que “*Ter* ocorre com nomes que designam por exemplo: (...) 2. Atitudes ou comportamentos relativamente a uma dada situação”.

Em (2), o nome predicativo *apoio* constrói-se com o verbo-suporte elementar *ter* e aceita como variante estilística ser suportado por *contar com*. À semelhança da construção anterior o nome deve ocorrer no singular:

(2’) “*O torneio é organizado autonomamente (...) e conta com o apoio da companhia de seguros Tranquilidade, da Câmara Municipal de Faro, do Centro Hospitalar do Algarve, do Centro Ortopédico do Sul e da Pastelaria Trigo Dourado*”.

Por último, em:

(3) “*Estima-se que o número de habitantes do planeta vai ultrapassar os nove bilhões de pessoas em 2050 e que a produção mundial de alimentos vai ter de aumentar em 60% para conseguir dar resposta às necessidades alimentares da população mundial*”⁵³

o uso da perífrase “*ir + V infinitivo*” suscitou algumas questões.

Celso Cunha e Lindley Cintra, na *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (1989, p. 395), esclarecem que o verbo *ir* se emprega “com o infinitivo do verbo principal, para exprimir o firme propósito de executar a acção, ou a certeza de que ela será realizada em futuro próximo”. Ora, tratando-se, na frase em questão, de uma estimativa, não há uma certeza de que as previsões se confirmem.

Optámos, por isso, por utilizar o conjuntivo em vez da construção perifrástica:

(3’) “*Estima-se que o número de habitantes do planeta ultrapasse os nove bilhões de pessoas em 2050 e que a produção mundial de alimentos tenha de aumentar*”

⁵² “Profissionais do CHAlgarve promovem desporto e hábitos de vida saudáveis” – 5/9/16.

⁵³ “Dia Mundial da Alimentação – Mensagem do Serviço de Dietética e Nutrição” – 16/10/16.

em 60%, para conseguir dar resposta às necessidades alimentares da população mundial”.

Em suma:

De todos os tópicos aqui analisados, a pontuação foi uma das áreas de maior intervenção ao longo do estágio.

As dúvidas relativamente ao seu uso, por parte dos funcionários do Gabinete de Comunicação, às quais procurámos dar resposta, levam-nos a crer que a aquisição de recursos linguísticos, como gramáticas, prontuários e outras obras de referência (normativas e cientificamente fidedignas), seria benéfica para este espaço, bem como para futuros estagiários. Afigura-se-nos, porém, igualmente necessária a presença de um revisor, pois a sua experiência e os seus conhecimentos linguísticos não podem ser, totalmente, substituídos por estes recursos.

Outra área na qual o nosso trabalho também foi vantajoso passou pela aplicação das regras do *Novo Acordo Ortográfico*, presentemente em vigor. O período de transição implicou um número avolumado de mudanças que nem sempre são fáceis de aplicar, devido às suas particularidades e exceções na aplicação. O nosso trabalho, ao auxiliar na correta aplicação das novas regras, revelou-se útil para o Gabinete de Comunicação (e para nós, pois permitiu-nos pôr em prática os conhecimentos que adquirimos anteriormente sobre o *Novo Acordo Ortográfico*).

Passamos, em seguida, para outra área também trabalhada durante o estágio, a da Tradução. Apresentamos um pouco sobre o seu objetivo e os seus limites e, posteriormente, faremos uma análise das principais questões linguísticas (e estilísticas).

4. Tradução

O presente capítulo foca a área da Tradução, outra das áreas abrangidas pelo estágio. Será apresentado o estado da arte da Tradução e abordaremos questões como os seus objetivos e os limites impostos ao tradutor, por razões linguísticas e deontológicas. Exporemos ainda a importância da cultura para a Tradução e algumas das competências necessárias ao tradutor.

Posteriormente, apresentar-se-ão os géneros textuais a que pertencem os textos traduzidos e uma análise das principais questões linguísticas (e estilísticas), levantadas ao longo das traduções, as soluções adotadas e as respetivas fundamentações teóricas.

4.1. Estado da arte da Tradução

Neste subcapítulo, pretendemos fazer uma breve revisão da literatura da área da Tradução. Para Jakobson, a tradução podia ser dividida em três tipos (1959, p. 233):

“1) Intralingual translation or rewording is an interpretation of verbal signs by means of other signs of the same language.

2) Interlingual translation or translation proper is an interpretation of verbal signs by means of some other language.

3) Intersemiotic translation or transmutation is an interpretation of verbal signs by means of signs of nonverbal sign systems”.

Uma tradução intralinguística pode consistir na conversão de um texto escrito numa língua-padrão para uma variante diatópica desse idioma, passando esta a incluir regionalismos ou expressões típicas dessa variante.

Uma tradução interlinguística é a que corresponde à passagem de um texto escrito numa dada língua, a língua de partida, para outra língua, a língua de chegada, correspondendo esta, em geral, à língua materna do tradutor.

Por último, uma tradução intersemiótica põe em jogo dois sistemas distintos e pode ser ilustrada, por exemplo, pela interpretação musical de um texto escrito. Há, portanto, o uso de um outro sistema como meio de interpretação.

Apesar de os três tipos constituírem traduções, focamo-nos apenas na tradução interlinguística, visto que foi esta que realizámos ao longo do estágio.

Por seu turno, Bassnet (2002, p. 12), na sua obra *Translation Studies*, apresenta a seguinte definição:

“What is generally understood as translation involves the rendering of a source language (SL) text into the target language (TL) so as to ensure that (1) the surface meaning of the two will be approximately similar and (2) the structures of the SL will be preserved as closely as possible but not so closely that the TL structures will be seriously distorted”.

Para Bassnet (*idem, ibidem*), a tradução é, fundamentalmente, a passagem de um texto escrito numa língua para outra língua, em que o significado de ambos os textos é o mais semelhante possível e se mantêm, tanto quanto possível, as estruturas da língua de partida, sem que a compreensão do texto na língua de chegada seja comprometida.

Porém, a tradução não pode ser representada apenas pelos significados tal como se apresentam num dicionário, ou seja, de acordo com Agra (2007, p. 1), não pode basear-se apenas na “associação do significado ao objeto do mundo ao qual a palavra se refere ou a descrição das propriedades do seu referente, mas sim, aos sentidos culturalmente construídos, ao subjetivo, a visão de mundo de cada indivíduo”.

Efetivamente, a cultura é um fator de extrema relevância para a Tradução. A cultura é a responsável por tornar cada língua num sistema único, pois cada língua é, essencialmente, um modo de representação do mundo e dos seus eventos e cada língua faz uso de sinais que lhe são próprios e que só dentro dela fazem sentido, denotando assim uma cultura⁵⁴.

Esta estreita relação entre língua e cultura afeta diretamente o desempenho do tradutor, tornando-se, por vezes, num entrave à tradução de conceitos da língua de partida e que são desconhecidos na língua de chegada. Há, conseqüentemente, a necessidade de conhecer bem ambas as línguas (a de partida e a de chegada), assim como as respetivas culturas. É também necessário saber que posição tomar para resolver este tipo de dificuldades que resultam essencialmente do confronto entre culturas distintas. De referir ainda que caso o tradutor escolha manter os conceitos da língua de partida, sendo estes desconhecidos dos falantes da língua de chegada, então é necessário que ofereça uma breve explicação, por exemplo, em nota de rodapé, desses conceitos próprios da cultura da língua de partida. Se, porém, o tradutor, consciente das idiosincrasias de cada uma das suas línguas de trabalho, optar por não manter o

⁵⁴ Cf. Agra, 2007, p. 1.

conceito da língua de partida e, em seu lugar, buscar na língua de chegada uma correspondência semântica (parcial), ainda assim deve, em nota, esclarecer o leitor dessa especificidade da língua do texto original. A adoção de uma ou outra estratégia depende não só do texto como do público-alvo. Há que saber adequar a tradução às necessidades e expectativas dos seus leitores, de modo a proporcionar a melhor experiência possível, a qual, idealmente, será semelhante à experiência tida pelos leitores na língua de partida.

De facto, a preocupação com o público a quem se dirige a tradução é um dos fatores que condicionam o sucesso da mesma. Se a tradução for encarada com um “mero processo de descodificação e recodificação linguística”, como afirmam Sant’Ana e Gonçalves (2010, p. 231), então perde-se grande parte do seu objetivo principal, o qual se baseia na criação de uma ponte interlinguística e intercultural (ou seja, entre duas línguas e, conseqüentemente, entre duas culturas).

É, talvez, este o aspeto mais importante da tradução: o da ligação e partilha de conhecimentos e experiências entre povos e culturas. Cada língua e cada cultura tem a sua maneira de categorizar o mundo. Portanto, é necessário que a tradução seja encarada de forma responsável, para que seja possível o respeito não só pelas culturas como também pelas línguas em que se expressam.

Igualmente determinante se nos afigura a procura do equilíbrio entre a liberdade de expressão e a fidelidade aos textos (cf. Sant’Ana e Gonçalves, 2010, p. 230).

Parte-se, em geral, do pressuposto de que existem duas formas de abordar uma tradução: literalmente ou livremente. À tradução literal associam-se epítetos como *fiel*, *neutra*, *objetiva*, enquanto que a tradução livre é amiúde adjetivada como sendo uma tradução *infiel*, *parcial*, *subjetiva*⁵⁵.

É preciso que o tradutor saiba qual a melhor forma de lidar com o texto, para não simplificar demasiado a tradução, eliminando elementos culturais da língua de partida, ou tornando o texto incompreensível na língua de chegada. Como refere Vid (2016, p. 144), “*Simplification or neutralization of national, cultural and social components significantly changes the coordinates that help the reader to imagine a picture of an unknown way of life*”.

⁵⁵ Veja-se, a propósito, Souza, 1998, p. 52.

Outro aspecto importante é o tipo de texto que vai ser alvo da tradução, já que o gênero textual influencia, em grande medida, as estratégias a adotar, bem como os aspectos a respeitar, visto que cada gênero possui as suas próprias características.

Os textos técnico-científicos caracterizam-se pela busca da objetividade e do rigor, através do uso predominante da linguagem denotativa, da ausência de ambiguidades, da moderação no emprego de adjetivos, do recurso à voz passiva, de conclusões parciais frequentes e do uso correto da terminologia própria do tema tratado (cf. Polchlopek e Aio, 2009, p. 105).

Note-se que por *terminologia* entendemos um sistema estruturado de conhecimentos/saberes de um domínio técnico-científico e constituído por conceitos associados a unidades terminológicas, ou seja, termos.

Os termos, segundo Conceição (1998, p. 38), “são unidades que designam conceitos técnicos ou científicos”. É através deles que se representa e divulga o saber científico e tecnológico (cf. Krieger, 2006, p. 190) e, portanto, é neles que deve recair grande parte da atenção do tradutor ao traduzir um texto técnico-científico.

Um dos fatores que dificulta a tradução de textos deste gênero não-literário, no que toca à procura de equivalentes terminológicos, é o desenvolvimento tecnológico. Graças às novas tecnologias, novos conceitos e objetos surgem e emergem a um ritmo frenético e, conseqüentemente, há a necessidade de criar termos que se adequem a estes novos conhecimentos, como é o caso da medicina em que o acelerado desenvolvimento científico e tecnológico aumenta, de dia para dia, o número de termos novos no léxico médico. Deste modo, “aumenta a demanda pela tradução técnica, requerendo maiores competências temáticas e, em conseqüência, terminológicas dos tradutores” (Krieger, 2006, p. 194).

Para assegurar a qualidade da tradução de qualquer texto é necessário dominar a língua (e a cultura) das línguas de trabalho. Porém, quando se trata de traduzir um texto científico, a tarefa é atualmente ainda mais complexa porque “*the various levels of technology development in countries can create major lexical gaps between source language (SL) and target language (TL)*” (Tabrizi e Pezeshki, 2015, p. 1173). Daí resulta que a formação na área da Terminologia seja essencial para os tradutores deste tipo de texto.

É também importante que o tradutor esteja ciente não só das regras de escrita da língua de partida como das da língua de chegada para que a tradução seja “tão natural e tão técnica quanto o texto de partida” (Polchlopek e Aio, 2009, p. 111). Não basta que o

tradutor entenda o assunto e a terminologia aplicada no texto. É preciso também que ele seja capaz de reconhecer as características do texto técnico-científico, na língua de partida, para ser capaz de as reproduzir o mais fielmente possível na língua de chegada. Em suma, a forma e o conteúdo estão intrinsecamente ligados.

Os textos pertencentes ao género literário caracterizam-se por apelar “à subjectividade dos leitores, faz uso de expressões idiomáticas e de linguagem figurativa e, em geral, não se apoia no uso de terminologia científica ou técnica, apelando a um envolvimento cognitivo, mas também afectivo e imaginativo do leitor” (Gonçalves, 2016, p. 7) e apresentam um registo “muitas vezes pessoal, próximo do leitor, apelando ao envolvimento subjectivo deste, ao utilizar uma linguagem próxima do mesmo, desde logo no processo de construção de um universo ficcional, que requer o contributo do leitor para se concretizar” (*idem, ibidem*).

Nestes textos, o autor cria um mundo ficcional ou baseado (ou não) em factos reais, onde vivem personagens numa narrativa rica em recursos estilísticos e que apela às emoções do leitor. São, portanto, textos subjetivos que fazem uso da linguagem conotativa e de significados culturalmente aceites na língua de partida e que devem ser cuidadosamente analisados aquando da sua tradução.

Assim sendo, os significados subentendidos e as construções frásicas na língua de partida (cujo objetivo é apelar aos sentimentos dos leitores) devem ser, sempre que possível, conservados pelo tradutor na língua de chegada.

Deste modo, e antes de iniciar a tarefa de traduzir, o tradutor deve proceder à leitura integral do texto, a fim de identificar as ideias-chave, o sentido global do texto, não descurando os recursos estilísticos empregues pelo autor. A forma (expressões idiomáticas, níveis de língua, recursos estilísticos, entre outros) interliga-se com o conteúdo, criando uma obra literária.

A tradução de textos quer técnico-científicos quer literários deve, pois, ser igualmente cuidada e rigorosa, respeitando, sempre que possível, o texto original. Por um lado, um texto literário requer que o tradutor atente à estética do texto, para poder recriar esses efeitos na tradução. Por outro lado, um texto técnico-científico não tem esse lado estético e emotivo, pelo que a preocupação do tradutor se deve fixar no conteúdo técnico-científico, não descurando a terminologia utilizada no texto de partida, nem a procura de termos equivalentes na língua de chegada.

Quanto aos recursos tecnológicos que auxiliam e agilizam o processo da tradução, observa-se que, cada vez mais, o tradutor tem acesso a bases de dados *online*,

a dicionários eletrônicos, a corretores ortográficos, assim como a “programas de tradução computadorizada desenvolvidos para áreas específicas e para um determinado par de línguas” (Azenha, 1996, p. 138).

Com os avanços tecnológicos, criam-se constantemente recursos que visam auxiliar os tradutores, facilitando-lhes a tarefa e permitindo-lhes corresponder mais facilmente às expectativas quer dos autores dos textos quer do público em geral⁵⁶.

Segundo Sant’Ana e Gonçalves (2010, pp. 232-233) o tradutor deve ter:

- a) “formação aprofundada nas áreas de Letras, especialmente no que concerne ao estudo das línguas e das culturas envolvidas no par linguístico com o qual trabalha”⁵⁷;
- b) “conhecimento de temas específicos (técnicos ou artísticos)”;
- c) “conhecimento metalinguístico e pragmático envolvido na produção de textos e na sua retextualização em outras línguas e contextos culturais”;
- d) “conhecimentos teóricos e históricos sobre a tradução”.

Em suma, o trabalho de um tradutor implica a tomada de decisões que devem ser ponderadas, tendo em conta aspetos importantes como a cultura, tanto da língua de partida como da língua de chegada, o público-alvo, o estilo do autor do texto, entre outros. É um trabalho que requer um bom domínio da gramática das línguas de trabalho e formação especializada na área, para que não sejam ignorados aspetos linguísticos e culturais essenciais à compreensão do texto que se traduz e para que a tradução não seja de qualidade inferior à do texto original.

Após esta apresentação da área da tradução, dos seus objetivos e limites, segue-se a apresentação sumária dos géneros textuais a que pertenciam os textos que traduzimos.

⁵⁶ Segundo Costa (2012, p. 162), a par dos avanços tecnológicos, aumenta também a necessidade de traduções técnicas.

⁵⁷ Salientamos que por “área das Letras”, as autoras se referem a cursos integrados nas Ciências Humanas e Sociais, como é o caso de um Mestrado em Ciências da Linguagem.

4.2. Géneros textuais

Comparativamente ao volume de documentos revistos, o número de documentos traduzidos foi reduzido. Com efeito, enquanto que as tarefas de revisão eram realizadas quase diariamente, as de tradução foram meramente residuais. Dito isto, traduzimos:

- 1) dois guias de internamento (um geral e um específico da Unidade de Cuidados Intensivos Polivalente (UCIP));
- 2) duas apresentações em *Power Point*, acerca das duas unidades hospitalares do CHAlgarve;
- 3) um resumo/*abstract* para um trabalho sobre assessoria de comunicação, apresentado pelos colegas;
- 4) termos relacionados com serviços hospitalares e órgão administrativos presentes na página *web* intitulada *Serviços*⁵⁸.

As traduções foram todas feitas eletronicamente, com recurso às ferramentas *Comentário* do *Word*. Iniciámos o processo de tradução com uma primeira leitura dos textos a traduzir, a fim de corrigir eventuais erros e de identificar excertos que pudessem suscitar dúvidas, quanto ao sentido ou ao uso de terminologia específica.

Após a tradução de todos os parágrafos, lemos o documento na íntegra, comparando o texto de partida com o texto de chegada. Em seguida, os parágrafos na língua de chegada foram copiados para um novo documento *Word* e procedemos a uma última leitura. Finalizados os ajustes necessários, o documento era enviado por email para o correio eletrónico institucional do Gabinete de Comunicação.

No caso dos textos em formato de apresentações em *Power Point*, traduzimos diretamente nos diapositivos (de *Power Point*), a fim de poder entregar uma versão limpa no mesmo tipo de documento.

Para a tradução dos termos relacionados com serviços e órgãos presentes na página *web* intitulada *Serviços*⁵⁹, criámos tabelas individuais para cada secção, com três colunas onde incluímos os termos na língua de partida, os seus equivalentes na língua de chegada e um *link* que atesta a validade dos mesmos.

⁵⁸ Traduziram-se os termos presentes nas seguintes páginas: Serviços Clínicos, Apoio à Prestação de Cuidados de Saúde, Apoio à Gestão e Logística, Comissões Técnicas e Órgãos Consultivos.

⁵⁹ Esta página *web* contém outras páginas com o nome de todos os serviços médicos ou de gestão existentes no Centro Hospitalar.

De referir que traduzimos um total de 35 páginas, 351 linhas e 1511 palavras (das quais 284 constituem os termos relacionados com serviços hospitalares e órgãos administrativos do CHAlgarve).

Ainda no que respeita à tradução, as línguas de trabalho foram o inglês e o português. Foram traduzidos de português para inglês, os guias, a apresentação em *Power Point* acerca da Unidade Hospitalar de Faro, o resumo do trabalho sobre assessoria de imprensa e os termos constantes na página *Serviços* do *website*. Foi traduzida de inglês para português, a apresentação em *Power Point* acerca da Unidade Hospitalar de Portimão.

A fim de procedermos à tradução, foram consultados, em suporte papel, dicionários e gramáticas (de inglês e de português), e, em suporte eletrónico, dicionários e gramáticas *online*, de ambas as línguas.

4.3. Análise de questões linguísticas (e estilísticas)

Alguns dos excertos que traduzimos suscitaram questões linguísticas (e estilísticas) que são resultantes das características das línguas de trabalho e que consideramos pertinente analisar aqui.

Vejamos, nomeadamente, as seguintes:

(1) “*Garantindo a Privacidade e o Direito à Confidencialidade dos Dados, os profissionais de saúde não fornecem informações via telefone ou email, mas sim apenas presencialmente*”⁶⁰.

Em (1), observa-se uma diferença na extensão dos enunciados em português e em inglês.

De facto, é mais comum, na língua portuguesa, as frases serem mais longas, enquanto que o inglês se caracteriza sobretudo por frases de curta dimensão e, em geral, muito concisas. De acordo com Baker (2011, pp. 201-202):

“English generally prefers to present information in relatively small chunks and to signal the relationship between these chunks in unambiguous ways, using a wide variety of conjunctions to mark semantic relations between clauses, sentences and paragraphs. (...) English also relies on a highly developed

⁶⁰ Extraído do *Guia de Acolhimento da Unidade de Cuidados Intensivos Polivalente*.

punctuation system to signal breaks and relations between chunks of information”.

Assim sendo, em (1), foi necessário adaptar o discurso, que em português se caracteriza por frases de maior dimensão, a frases mais curtas, típicas da língua inglesa, aquando da tradução:

(1’) *“To guarantee the Privacy and the Right to Confidentiality of Personal Data, the health professionals do not provide information via telephone or email. They can only do it exclusively in person”.*

Também em:

(2) *“Se tiver uma cama livre ao seu lado, por favor, não a utilize, pois pode ser precisa a qualquer momento”.*

A tradução desta frase complexa (oração subordinada condicional + oração principal + oração explicativa) ficaria demasiado longa em inglês. Optou-se, por conseguinte, pela seguinte tradução:

(2’) *“If there is a free bed next to you, please do not use it. It might be needed at any moment”.*

A ordem dos elementos de uma frase nem sempre se mantém aquando da sua tradução. Com efeito, a ordem de ocorrência dos elementos na frase em inglês pode ser distinta da ordem de ocorrência em português.

Em:

(3) *“Solicitamos a sua compreensão caso tenha que aguardar algum tempo para proceder à visita, pois, durante a realização de exames ou tratamentos ao seu familiar (ou a outro doente), pode não ser possível a sua presença dentro da unidade”.*

O complemento de tempo (aqui sublinhado) poderia ser traduzido como:

(3’) *“during the performance of exams or treatments to your relative (or to another patient)”.*

Verifica-se, porém, que a língua inglesa possui um verbo específico que, quando utilizado com expressões relacionadas com exames médicos ou similares, é semanticamente equivalente à expressão na língua de partida: *to undergo*.

Segundo o *Dicionário Macmillan*, *to undergo*, na primeira aceção do verbete, corresponde a *“to experience something, especially something that is unpleasant but necessary”*; exemplificando com possibilidades de uso do verbo em contexto médico: *“undergo surgery/treatment/an operation etc.”*.

O uso correto deste verbo, em inglês, obriga a que o sujeito experienciador dos exames e tratamentos ocorra antes do verbo, que deve ser conjugado no *present continuous*, para marcar a simultaneidade da ação ou a ação em decurso, enquanto que a construção em português recorre a um grupo nominal complexo (“*a realização de exames ao seu familiar*”)⁶¹.

Assim sendo, a tradução foi a seguinte:

(3”) “*We ask for your understanding in case you have to wait for a while to proceed to visitation, for when your relative (or other patient) is undergoing medical exams or treatments your presence might not be possible inside the unit*”.

Em:

(4) “*Com o objetivo de facilitar o processo de disponibilização de informação clínica, a família deve eleger uma pessoa que sirva de ligação com os profissionais*”⁶²

a preposição *com* (aqui sublinhada) é pedida pelo nome predicativo *ligação*.

A fim de conseguir uma tradução adequada, é necessário encontrar na língua de chegada uma construção (verbal ou nominal) semanticamente equivalente ao da língua de partida. Neste caso, é preciso que transmita a ideia de “alguém que estabeleça a ligação entre a família e a equipa de saúde, facilitando a comunicação entre ambas”.

O *Dicionário online Oxford*, na primeira aceção do verbete da palavra *link*, refere: “*A relationship or connection between people, countries, or organizations*”, ilustrando-a com o exemplo: “*he retained strong links with the media*”.

O equivalente da preposição *com* em inglês é, de facto, *with*. No entanto, em (4), esta não é a preposição adequada, pois a construção “*link with*” transmite a ideia de uma ligação emotiva, de laços afetivos, como ilustra o exemplo anterior: “*he retained strong links with the media*”. Esta frase implica que o sujeito estabeleceu fortes laços com os *media*, criando assim uma relação ou ligação emotiva ou afetiva.

Segundo o dicionário anteriormente referido, outra entrada do verbete da palavra *link*, corresponde a uma relação de comunicação entre dois (ou mais) indivíduos: “*Something that enables communication between people*”, ilustrando-a com o exemplo seguinte: “*The nurse is the communication link between the doctor and the patient, the patient and the family, and the family and the doctor.*”.

⁶¹ Sobre a formação de grupos nominais complexos, veja-se nomeadamente, Chacoto, 2005.

⁶² Extraído do *Guia de Internamento da Unidade de Cuidados Intensivos Polivalente*.

Esta aceção e o exemplo que se lhe segue adequam-se completamente à frase a traduzir. Já a preposição *between* obriga a que se indiquem, após ela, ambos os intervenientes da ligação. Assim sendo, a tradução da frase é a seguinte:

(4') *“In order to simplify the process of clinic information provision, the family must elect one person to act as communication link between them and the professionals”.*

Ao contrário da língua portuguesa, que atribui género inclusive a substantivos comuns (através de um artigo definido ou indefinido), facilitando, por isso, a sua pronominalização, na língua inglesa os substantivos não têm género e a sua substituição por pronomes pode, por vezes, ser uma questão complexa. Deste modo, em:

(5) *“Ainda que o seu familiar esteja sob o efeito de medicação e/ou com a presença de um tubo que o impeça de falar, converse com ele, pois possivelmente estará a ouvi-lo”⁶³*

o substantivo *familiar* encontra-se pronominalizado em *o* (“*o impeça*”), em *ele* (“*com ele*”) e em *-lo* (“*ouvi-lo*”), sendo, portanto, estes pronomes que terão de ser traduzidos por formas que incluam ambos os géneros em inglês. A solução encontrada foi fazer referência a ambos os géneros, quando necessário pronominalizar o substantivo *relative*, substituindo-o pelas expressões “*he/she*” ou “*him/her*”:

(5') *“Even though your relative is under the effect of medication and/or with the presence of a tube that prevents your relative to speak, talk with him/her because he/she will probably be listening”.*

Em:

(6) *“Possivelmente irá partilhar o quarto com outro(s) doente(s)”.*

é possível observar uma característica da língua portuguesa: a formação do plural dos nomes faz-se, em geral, através da adição do morfema de plural *-s*, após o índice temático e permite que, quando necessário, se coloque o morfema entre parêntesis para expressar a possibilidade de se fazer, alternativamente, a referência a um singular ou um plural: “*Possivelmente irá partilhar o quarto com outro doente ou com outros doentes*”.

Esta frase não pode ser traduzida literalmente para inglês, uma vez que “*outro(s) doente(s)*” não corresponde a “*other(s) patient(s)*”.

O substantivo comum *patient* exige que o determinante *another* o preceda (o determinante *other*, que seria uma tradução mais literal do determinante *outro*, é

⁶³ Extraído do *Guia de Internamento da Unidade de Cuidados Intensivos Polivalente*.

utilizado apenas para substantivos plurais ou não contáveis). *Another* pode ocorrer com substantivos singulares contáveis, como é o caso de *patient*, mas o grupo nominal “*another patient*” não permite a inserção do morfema de plural –s (entre parêntesis), para indicar uma leitura com plural.

Assim sendo, traduziu-se para:

(6’) “*You will possibly share your room with one or more patients*”.

Manteve-se, assim, o singular, “*one*”, bem como o plural, “*more*”, e a disjunção conferida pela conjunção *or*.

Em suma:

Tal como acontece sempre que se traduz um texto, a gramática, quer da língua de partida, quer da língua de chegada, é muito importante e influencia todo o processo de tradução. Os problemas de tradução que aqui analisámos foram resolvidos com recurso a pesquisas por significados, termos técnicos e regras gramaticais específicas de cada uma das línguas de trabalho.

Estas pesquisas não são céleres e devem ser assumidas por um membro que exerça somente funções de tradução ou, como foi o nosso caso, que acumule essas funções com outras da mesma área, como, por exemplo, a revisão de texto. A presença de um tradutor, ou mesmo de um revisor-tradutor, no Gabinete de Comunicação, iria permitir a tradução e publicação de textos noutra(s) língua(s), tornando a informação relativa ao hospital mais acessível a utentes de outras nacionalidades.

As tarefas de tradução revelaram-se-nos bastante úteis, pois pudemos pôr em prática o nosso conhecimento de ambas as línguas e aumentar o nosso vocabulário técnico desta área com a qual não tínhamos tido previamente muito contacto.

Seguir-se-á a conclusão do relatório, na qual faremos um balanço do estágio e uma síntese das principais questões debatidas neste relatório.

5. Conclusão

Neste último capítulo, apresentaremos alguns aspetos positivos do nosso estágio, bem como melhorias a implementar em estágios futuros na área da Revisão de texto e da Tradução. No final, expomos algumas razões que consideramos relevantes para a existência de estágios futuros, em ambas as áreas, no âmbito do Mestrado em Ciências da Linguagem.

Começamos por salientar que todo o trabalho realizado contribuiu bastante para a nossa formação enquanto mestranda da área das Ciências da Linguagem. A oportunidade de pôr em prática os conhecimentos aprendidos nos seminários do 1º ano do mestrado e o privilégio de poder contactar diretamente com profissionais da área do Jornalismo fizeram do estágio uma experiência muito positiva.

Ao longo dos três meses de estágio, os benefícios de estagiarmos no Gabinete de Comunicação foram-se notando. Aprendemos a desempenhar tarefas específicas e pudemos pôr em prática os nossos conhecimentos até então fundamentalmente teóricos, detetando erros, revendo e traduzindo documentos.

A formação que obtivemos no estágio contribuiu para o sucesso do mesmo, pelo que estamos gratas a todos os elementos que despenderam parte do seu tempo para nos dar apoio e formação.

Em relação aos conhecimentos que pudemos pôr em prática, queremos referir a importância das técnicas de revisão e de tradução que nos foram ensinadas em dois seminários: Seminário de Revisão de Texto e Seminário de Teorias e Técnicas de Tradução. A aprendizagem de uma norma de revisão textual, bem como de procedimentos para rever eficazmente textos, revelaram-se extremamente úteis. Embora as tarefas de tradução tenham sido escassas, conseguimos aplicar alguns conhecimentos de tradução aprendidos durante o seminário de mestrado. Foram-nos, ainda, úteis os conhecimentos adquiridos no Seminário de Terminologia, sobretudo para a tradução de termos relacionados com serviços e órgãos hospitalares, contribuindo com recursos e técnicas de tradução de termos.

A relevância dos Seminários para o estágio manifestou-se, em primeiro lugar, na aplicação dos conhecimentos teóricos que adquirimos no âmbito do Mestrado, permitindo-nos desempenhar as tarefas de que fomos incumbidas; em segundo lugar, na possibilidade de participarmos em discussões e trocas de ideias, com os outros membros do Gabinete, acerca do sentido de frases, de usos de palavras e da importância da clareza e da correção da expressão linguística em textos daquela área profissional; e, por

último, na partilha de conhecimentos (que temos vindo a acumular deste o 1º ano da licenciatura em Línguas e Comunicação até ao final do 1º ano deste mestrado) e de experiências reais (de ambos os assessores de comunicação que lidam diariamente com o impacto das palavras na vida dos utentes que as leem). Em suma, este estágio permitiu-nos crescer como pessoa e futura profissional.

Apercebemo-nos, conseqüentemente, da necessidade e da importância destes seminários – Revisão de Texto e Tradução – no Mestrado em Ciências da Linguagem.

Por outro lado, consideramos fundamental que se aprenda a articular os conhecimentos teóricos adquiridos com a sua aplicação na prática, realizando tarefas e exercendo atividades que permitam consolidar os saberes adquiridos em situação de aula e facilitem, simultaneamente, a integração dos mestrandos no mercado de trabalho.

Quanto às tarefas desempenhadas durante o estágio, queremos focar, primeiro, a disparidade da quantidade de tarefas de revisão e das tarefas de tradução (estas últimas pontuais). Embora pretendêssemos realizar equitativamente tarefas em ambas as áreas, tal não foi possível.

Reconhecemos que seria uma mais-valia, para o Centro Hospitalar do Algarve, a aposta em tradução de textos (Guias, panfletos, pósteres e outros materiais), tendo em vista os utentes estrangeiros (quer turistas quer residentes) que se deslocam, durante o ano, ao hospital. Queremos, portanto, sugerir que, em estágios futuros, sejam atribuídas mais tarefas de tradução aos estagiários, pois o CHAlgarve é uma instituição localizada numa zona turística e, por isso, deve garantir que todos os seus utentes compreendem as informações que lhes são disponibilizadas.

Sugerimos, ainda, a aquisição de recursos físicos como dicionários, gramáticas, prontuários e outros, que serão úteis a todos os funcionários do Gabinete de Comunicação, auxiliando-os na redação e na tradução dos seus textos.

Por último, sugerimos que o estagiário possa prestar auxílio, no que respeita à revisão de texto e à tradução, a funcionários de outros serviços que necessitem de divulgar quaisquer textos. Com efeito, não raro acorrem, ao Gabinete de Comunicação, funcionários dos Serviços Administrativos, pedindo opinião acerca de textos que pretendem difundir. Visto que o trabalho de um assessor de comunicação nem sempre permite a análise demorada de textos, sugerimos que os futuros estagiários façam uma primeira leitura, procurando rever o texto de maneira a detetar erros linguísticos. Este processo iria facilitar a análise posterior por parte dos funcionários do Gabinete, pois o

texto chegar-lhes-ia já com uma primeira revisão e limpo de quaisquer gralhas ou incorreções de carácter linguístico.

Efetivamente, a revisão de texto e a tradução são extremamente importantes num Gabinete de Comunicação, especialmente se este estiver integrado numa instituição de saúde. É essencial que todos os textos produzidos por um Gabinete de Comunicação de uma instituição hospitalar estejam corretamente redigidos, para que não suscitem dúvidas aquando da sua leitura. No que concerne à tradução, afigura-se-nos, também, relevante que a instituição disponibilize, aos utentes, as informações noutras línguas (e não apenas em português).

Pelas razões anteriormente expostas, consideramos de extrema relevância a permanência dos Seminários de Revisão de Texto e de Tradução no Mestrado em Ciências da Linguagem, bem como a possibilidade de realização de estágios nestas áreas.

Bibliografia

- Agra, K. L. (2007). A integração da língua e da cultura no processo de tradução. *Biblioteca on-line de ciências da comunicação, s/v*, pp. 1-18.
- Azenha, J. (1996). Tradução técnica, condicionantes culturais e os limites da responsabilidade do tradutor. *Cadernos de Tradução*, 1, pp. 137-149.
- Bacelar, F., Chacoto, L., & Neto, P. (1989). Como escrever o oral?. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 2, dezembro, pp. 36-40.
- Baker, M. (1992=2011). *In other words: a coursebook on translation*. (2ª ed.). Londres: Routledge.
- Bassnett, S. (1980=2002). *Translation Studies* (3ª ed.). Londres: Routledge.
- Chacoto, L. (2005). O Verbo **Fazer** em Construções Nominiais Predicativas (Dissertação de doutoramento em Linguística – Especialidade Sintaxe, Universidade do Algarve).
- Chacoto, L. (2008): «Vale mais um gosto na vida que três vinténs na algibeira» - Las estructuras comparativas en los proverbios portugueses, Aspectos formales y discursivos de las expresiones fijas. *Frankfurt am Main u.a: Meter Lang*, pp. 87-103.
- Chacoto, L. (2012): Fraseoparemiologia e Tradutologia. In Alvarez, Maria Luísa Ortiz (org.): *Tendências Atuais na Pesquisa Descritiva e Aplicada em Fraseologia e Paremiologia. Anais*, 1, Campinas, SP: Pontes Editores, pp. 213-235.
- Castro, B. D. R., & Santiago, M. S. (2015). A importância da Terminologia para prática de revisão do texto técnico-científico. *Domínios de Lingu@gem*, 9, dezembro, pp. 374-388.
- Centro Hospitalar Universitário do Algarve. (2017). Consultado em janeiro e fevereiro de 2018: <http://www.chualgarve.min-saude.pt/>
- Coelho, S. M., & Antunes, L. B. (2010). Revisão textual: para além da revisão linguística. *SCRIPTA*, 14, pp. 205-224.
- Conceição, M. C. (1998). Conceptualização, denominação e termo. In *Seminários de linguística*, 2, pp. 38-47.
- Conceição, M. C. (2004). Há mar e mar... Há termos e termos. Quando os termos dizem mas não condizem!. In *Atas do IX Simpósio Iberoamericano de Terminologia*, RITERM, pp. 495-502.

- CORDIAL-SIN (Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe). (1999). Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Consultado a 3 de janeiro de 2018 de: <http://www.clul.ulisboa.pt/pt/component/content/article/23-investigacao/696-cordial-sin-corpus-dialectal-para-o-estudo-da-sintaxe>
- Costa, D. N. (2012). Os objetivos da tradução: da história à contemporaneidade e seu ensino no Brasil. *Entrepalavras*, 2, janeiro-julho, pp. 155-174.
- Cunha, C., & Cintra, L. (1984=1989). *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (6ª ed.). Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. (2001). Academia das Ciências. Lisboa: Verbo.
- Fernandes, J. O., Santos, H. L. G., & Araújo, N. M. S. (2015). Estilo, Autoria e Ética na Revisão Textual. In *XV Encontro de Pós-Graduação e Pesquisa da UNIFOR*, pp. 1-6. Fortaleza: Universidade de Fortaleza.
- Fidalgo, M. F. G. M., (2014). Guia para Revisores de Texto: Uma proposta para o exercício de uma profissão pouco (re)conhecida (Trabalho de Projeto de Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística, Universidade Nova de Lisboa). Consultado a 22 dezembro de 2017, de: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/13518/1/Guia.para.Revisores.de.Texto.pdf>
- Figueiredo, O. (2006). As Noções de Adequação, Coerência e Coesão e seus Modos de Operacionalização. *Terminologia Linguística: das teorias às práticas, Actas do Encontro*, pp. 71-76. Porto.
- FLiP (Ferramentas da Língua Portuguesa). (2000). Consultado em março de 2017, de: <https://www.flip.pt>
- Gabinete de Comunicação. (2016). *Regulamento Interno do Gabinete de Comunicação*. Centro Hospitalar do Algarve.
- Gomide, R. M., & Filho, S. R. G. (2015). Considerações sobre a revisão profissional de textos acadêmico-científicos. *SCRIPTA*, 19, pp. 337-355.
- Gonçalves, L. A. (2016). Terminologia científica e técnica em tradução literária (Dissertação de Mestrado em Tradução, Universidade de Lisboa). Consultado em dezembro de 2017, de: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/24543/1/ulfl216715_tm.pdf
- IATE (Inter-Active Terminology for Europe). (1999). Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia. Consultado a 15 de janeiro de 2018 de: http://iate.europa.eu/about_IATE.html

- Infopédia. (2003). Consultado em fevereiro e março de 2017, de:
<https://www.infopedia.pt>
- Instituto Português da Qualidade. (1987). Norma Portuguesa 61.
- Jakobson, R. (1959). *On linguistic aspects of translation*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Krieger, M. G., (2006) Do ensino da terminologia para tradutores: diretrizes básicas. *Cadernos de tradução*, 1, pp. 189-206.
- Macmillan Dictionary*. (2009). Consultado a 9 de maio de 2017, de:
<http://www.macmillandictionary.com>
- Mateus, M. H. M., Brito, A. M., Duarte, I. & Faria, I. H. (1983). *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa: Caminho.
- Mateus, M. H. M., Brito, A. M., Duarte, I., Faria, I. H., Frota, S., Matos, G., Oliveira, F., Vigário, M. & Villalva, A. (2003). *Gramática da Língua Portuguesa* (5ª edição, revista e aumentada). Lisboa: Caminho.
- Muniz, J. (2009). A intervenção textual como atividade discursiva: considerações sobre o laço social da linguagem no trabalho de edição, preparação e revisão de textos. In *XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, pp. 1-15. Curitiba: INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.
- NURC-RJ (Norma Urbana Culta do Rio de Janeiro). 1970. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Consultado a 4 de janeiro de 2018 de:
<http://www.lettras.ufrj.br/nurc-rj/main.htm>
- Oxford Living Dictionaries*. (2000). Consultado a 9 de maio de 2017, de:
<https://en.oxforddictionaries.com>
- Passos, J. A., & Santos, M. L. (2011). Leituras, Revisão Textual e o Revisor. *Revista Anápolis Digital*, pp. 1-17.
- Peres, J. A., & Mória, T. (1995). *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Perez, M. S., & Boenavides, W. M. (2017). Os limites para a revisão do texto literário a partir dos conceitos de autoria e estilo de Bakhtin. *Bakhtiniana*, 12, janeiro-abril, pp. 113-130.
- Perpétua, E. D. (1996). O revisor como tradutor. *Cadernos Viva Voz*, 2, pp. 21-30. Belo Horizonte.

- Perpétua, E. D. (2008). O revisor como tradutor. *Cadernos Viva Voz*, pp. 76-88 (2ª edição, revista e aumentada). Belo Horizonte.
- Polchlopek, S., & Aio, M. A. (2009). Tradução Técnica: armadilhas e desafios. *Tradução & Comunicação*, 19, pp. 101-113.
- Portal da Língua Portuguesa. (2007). Consultado a 10 de março de 2017, de: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org>
- Português Falado. Documentos Autênticos. (2002). Centro de Linguística da Universidade de Lisboa e Instituto Camões. Consultado a 4 de janeiro de 2018 de: <http://www.clul.ulisboa.pt/pt/23-investigacao/738-portugues-falado-variedades-geograficas-e-sociais>
- Prontuário da Língua Portuguesa*. (2013). Porto: Porto Editora.
- Ramilo, M. C., & Freitas, T. (2002). Transcrição ortográfica de textos orais: problemas e perspectivas. In *Encontro Comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*, pp. 1-288. Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- Raposo, E. B. P., Nascimento, M. F. B., Mota, M. A. C., Segura, L., Mendes, A., Vicente, G. & Veloso, R. (2013). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- REDIP (Rede de Difusão Internacional do Português: rádio, televisão e imprensa). (1998). Instituto de Linguística Teórica e Computacional. Consultado a 3 de janeiro de 2018 de: <http://www.clul.ulisboa.pt/pt/23-investigacao/734-redip-rede-de-difusao-internacional-do-portugues-radio-televisao-e-imprensa>
- Ribeiro, A. E. (2009). Revisão de textos e "diálogo" com o autor: abordagens profissionais do processo de produção e edição textual. In *XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, pp. 1-10. Curitiba: INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.
- Rosa, V. M., & Gonçalves, M. A. (2013). A Revisão de Textos. *Revista Letras Raras*, 2, pp. 143-160.
- Sant'Ana, R. M., & Gonçalves, J. L. (2010). Reflexões acerca das práticas de tradução e revisão de textos e parâmetros para a formação de tradutores e revisores. *SCRIPTA*, 14, pp. 225-234.

- Silvério, G. P., & Viggiano, M. F. I. (2014). O papel do revisor de textos jornalísticos opinativos e as estruturas desgarradas da língua portuguesa. *Confluência*, 46, pp. 251-271.
- Souza, J. P. (1998). Teorias da tradução: uma visão integrada. *Revista de Letras*, 1/2, janeiro-dezembro, pp. 51-67.
- Tabrizi, H. H., & Pezeshki, M. (2015). Strategies used in translation of scientific texts to cope with lexical gaps (case of Biomass Gasification and Pyrolysis book). *Theory and Practice in Language Studies*, 5, junho, pp. 1173-1178.
- Vid, N. K. (2016). Os desafios na tradução de itens culturais específicos: o caso de The master and Margarida de Mikhail Bulgarov. *Cadernos de Tradução*, 36, setembro-dezembro, pp. 140-157.

Anexo

Folhas de presença

Folha de presenças

Estágio no Gabinete de Comunicação

Aluna: Marta Sousa

Mês: Setembro / Outubro

Horas cumpridas: 205 horas

D. António W. Aguiar

Dia	Entrada (9:30 - 12:30)	Saída (14:00 - 18:00)
1-9-16	Marta Sousa	Marta Sousa
2-9-16	Marta Sousa	Marta Sousa
3-9-16	Marta Sousa	Marta Sousa
4-9-16	Marta Sousa	Marta Sousa
5-9-16	Marta Sousa	Marta Sousa
6-9-16	Marta Sousa	Marta Sousa
8-9-16	Marta Sousa	Marta Sousa
9-9-16	—	Marta Sousa
12-9-16	Marta Sousa	Marta Sousa
13-9-16	Marta Sousa	Marta Sousa
14-9-16	Marta Sousa	Marta Sousa
15-9-16	Marta —	Marta Sousa
16-9-16	—	Marta Sousa
19-9-16	Marta Sousa	Marta Sousa
20-9-16	Marta Sousa	Marta Sousa
21-9-16	—	Marta Sousa
22-9-16	Marta Sousa	Marta Sousa
23-9-16	Marta Sousa	Marta Sousa
26-9-16	Marta Sousa	Marta Sousa
27-9-16	Marta Sousa	Marta Sousa
28-9-16	Marta Sousa	Marta Sousa
29-9-16	Marta Sousa	Marta Marta Sousa
30-9-16	Marta Sousa	Marta Sousa
3-10-16	Marta Sousa	Marta Sousa
4-10-16	Marta Sousa	Marta Sousa
6-10-16	Marta Sousa	Marta Sousa
7-10-16	Marta Sousa	Marta Sousa
10-10-16	Marta Sousa	Marta Sousa
11-10-16	Marta Sousa	Marta Sousa
12-10-16	Marta Sousa	Marta Sousa
13-10-16	Marta Sousa	Marta Sousa
14-10-16	Marta Sousa	Marta Sousa
18-10-16	Marta Sousa	Marta Sousa

Anexo – Folha de presença, 1 de setembro de 2016 a 18 de outubro de 2016

Folha de presenças
Estágio no Gabinete de Comunicação

Aluna: Marta Sousa

Mês: Outubro/ Novembro

Supervisora: Daniela
Nogueira

	Dia	Entrada (9:30 - 12:30)	Saída (14:00 - 18:00)
4ª	19-10-16	Marta Sousa	Marta Sousa
5ª	20-10-16	Marta Sousa	Marta Sousa
6ª	21-10-16	Marta Sousa	Marta Sousa
1ª	22-10-16	Marta Sousa	Marta Sousa
2ª	23-10-16	Marta Sousa	Marta Sousa
3ª	24-10-16	Marta Sousa	Marta Sousa
4ª	25-10-16	Marta Sousa	Marta Sousa
5ª	26-10-16	Marta Sousa	Marta Sousa
6ª	27-10-16	Marta Sousa	Marta Sousa
1ª	28-10-16	Marta Sousa	Marta Sousa
2ª	2-11-16	Marta Sousa	Marta Sousa
3ª	3-11-16	Marta Sousa	Marta Sousa
4ª	4-11-16	Marta Sousa	Marta Sousa
5ª	7-11-16	Marta Sousa	Marta Sousa
6ª	8-11-16	Marta Sousa	Marta Sousa
1ª	9-11-16	Marta Sousa	Marta Sousa
2ª	10-11-16	Marta Sousa	Marta Sousa
3ª	11-11-16	Marta Sousa	Marta Sousa
4ª	14-11-16	Marta Sousa	Marta Sousa
5ª	15-11-16	Marta Sousa	Marta Sousa
6ª	16-11-16	Marta Sousa	Marta Sousa
1ª	17-11-16	Marta Sousa	Marta Sousa
2ª	18-11-16	Marta Sousa	Marta Sousa
3ª	21-11-16	Marta Sousa	Marta Sousa
4ª	22-11-16	Marta Sousa	Marta Sousa
5ª	23-11-16	Marta Sousa	Marta Sousa
6ª	24-11-16	Marta Sousa	Marta Sousa
1ª	25-11-16	Marta Sousa	Marta Sousa
2ª	28-11-16	Marta Sousa	Marta Sousa
3ª	29-11-16	Marta Sousa	Marta Sousa

Anexo – Folha de presença, 19 de outubro de 2016 a 29 de novembro de 2016